

# 2016

# EM DEBATE

## OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.03  
Maio de 2016  
ISSN: 2176 - 4883



### DOSSIÊ

## Novo comportamento político e eleições presidenciais

Pablo Vázquez Sande

Adriano Oliveira

Carlos Gadelha

Simara Costa

Vanderlei de Castro Ezequiel

Claudio André de Souza

### OPINIÃO

Merilyn Escobar  
de Oliveira

### RESENHA

Mateus Senna  
Franco



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa  
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral  
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627  
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

# **GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL**

## **Em Debate**

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

## **Missão**

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

## **Coordenação:**

Helcimara de Souza Telles – UFMG

## **Conselho Editorial**

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Bruno Dallari – UFPR

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Dalmir Francisco – UFMG

Denise Paiva Ferreira – UFG

Érica Baptista - UFMG

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba – UFSC

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos – PUC-MINAS

Marcus Figueiredo – IESP/UERJ

Mathieu Turgeon – UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Paulo Victor Melo - UFMG

Pedro Santos Mundim – UFG

Silvana Krause – UFRGS

Yan de Souza Carreirão – UFPR

## **Endereço**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil – CEP: 31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: [marketing-politico@uol.com.br](mailto:marketing-politico@uol.com.br)

Facebook: Grupo Opinião Pública

Twitter: @OpPublica

## **Jornalista Responsável**

Érica Anita Baptista

## **Equipe Técnica:**

Bárbara Oliveira

Roberto Rocha

## **Parceria**

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e  
Econômicas – IPESPE

As opiniões expressas nos artigos são de inteira  
responsabilidade dos autores.

## EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política  
Ano VIII, Número III, Maio 2016

### SUMÁRIO

---

|                                                                                                                                                         |              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>Editorial</b>                                                                                                                                        | <b>5-6</b>   |
| <br><b>Dossiê:</b> Novo comportamento político e eleições presidenciais                                                                                 |              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Storytelling pessoal, desafección ciudadana y banalización da política</b></li> </ul>                       | <b>7-13</b>  |
| Pablo Vázquez Sande                                                                                                                                     |              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Os resultados das pesquisas eleitorais influenciam as escolhas dos eleitores?</b></li> </ul>                | <b>14-27</b> |
| Adriano Oliveira, Carlos Gadelha e Simara Costa                                                                                                         |              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Discurso do medo nas eleições presidenciais de 2014</b></li> </ul>                                          | <b>28-34</b> |
| Vanderlei de Castro Ezequiel                                                                                                                            |              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015</b></li> </ul> | <b>35-51</b> |
| Claudio André de Souza                                                                                                                                  |              |

## **Opinião**

- **O retorno da reforma política à agenda pública durante o governo Dilma Rousseff (2011-2015)** 52-58

Merilyn Escobar de Oliveira

## **Resenha**

- **Política latinoamericana comparada** 59-71
- Mateus Senna Franco

**Colaboradores desta edição** 72

## EDITORIAL

### *Novo Comportamento Político e Eleições Presidenciais*

A edição de maio do periódico *Em Debate* traz como tema “Novo Comportamento Político e Eleições Presidenciais”. Os textos abordam questões atuais que afetam aspectos sensíveis para o campo do comportamento político, como a insatisfação com as instituições representativas e com a política em si. Tais aspectos irão impactar, direta ou indiretamente, as estratégias para as eleições presidenciais, assim como os seus resultados.

Abrindo a seção *Dossiê* Pablo Vázquez Sande, professor da Universidade de Santiago de Compostela, em seu artigo intitulado “Storytelling persoal, desafección ciudadana y banalización da política”, apresenta uma pesquisa que utiliza métodos diversos para avaliar o uso das narrativas pessoais em comunicação política tendo em vista dois pontos principais: o risco do aumento da insatisfação pública nas sociedades onde o poder perde legitimidade política e o perigo derivado da banalização da política.

Os autores Adriano Oliveira, professor na Universidade Federal de Pernambuco, Carlos Gadelha e Simara Costa, ambos do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, escrevem sobre “Os resultados das pesquisas eleitorais influenciam as escolhas dos eleitores?”. Na visão dos autores a hipótese central é de que no universo dos eleitores que acreditam nos resultados das pesquisas eleitorais está presente o maior percentual daqueles que assevera que os resultados das pesquisas influenciam o seu voto e de outros cidadãos.

Vanderlei de Castro Ezequiel, pós-graduando da Faculdade Cásper Líbero, escreve em seu artigo “Discurso do medo nas eleições presidenciais de 2014” como o discurso do medo é transformado numa estratégia de campanha eleitoral. Segundo o autor, no atual contexto político-eleitoral brasileiro o discurso do medo é utilizado de maneira generalizada pelos candidatos e

partidos, independentemente do posicionamento ideológico, espetacularizando a política.

Ainda na seção *Dossiê*, o artigo “Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015”, de Cláudio André de Souza, professor de ciência política da Universidade Católica do Salvador e da Faculdade Baiana de Direito, busca compreender o antipetismo enquanto um elemento presente no ciclo de protesto iniciado em junho de 2013, desembocando nas manifestações contra o PT e o governo da presidente Dilma. A radicalização do antipetismo observado na sociedade civil e nos protestos ocorridos em 2015 é um fator que compõe a crise política, e gera efeitos imediatos sobre os níveis de confiança política nas instituições.

Na seção *Opinião*, a professora da Universidade Paulista, Merilyn Escobar de Oliveira, no ensaio “O retorno da reforma política à agenda pública durante o governo Dilma Rousseff (2011-2015)”, aborda o tema da reforma política, pauta do governo Dilma Rousseff (PT), que ganhou destaque na cobertura jornalística e também na audiência do público. O ensaio aborda pontos da minirreforma eleitoral (Lei nº 12.891/2013) e a assinatura do pacote de medidas anticorrupção em 2015, elaborado como resposta à crise política e à pressão de grupos insatisfeitos com o governo petista.

Na seção *Resenha*, Mateus Senna Franco, graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista do Grupo Opinião Pública, resenha o livro “Política Latinoamericana Comparada”. Nessa obra os autores Mirta Geary, Juan Bautista Lucca e Cintia Pinillos apresentam diversos ensaios e pontos de vista a respeito das perspectivas da política comparada no continente, diversificando enfoques e visões com trabalhos de cientistas latino-americanos e europeus, além de transcrições das discussões realizadas em um encontro em Rosário, em 2007, por professores e pesquisadores da Argentina, Brasil e Uruguai.

# ***STORYTELLING PERSONAL, DESAFECCIÓN CIUDADANA Y BANALIZACIÓN DA POLÍTICA***

Pablo Vázquez Sande  
*Universidade de Santiago de Compostela*  
✉ vazquezsande@gmail.com

**Resumen:** Esta investigación emplea la encuesta y la entrevista para evaluar la utilización de los relatos personales en la comunicación política con respecto a las dos principales críticas que los detractores de esta técnica señalan: el riesgo de que incremente la desafección ciudadana en sociedades en las que el poder político pierde legitimidad y el peligro de que contribuya a la banalización de la política.

**Palabras clave:** Storytelling, personalización, comunicación política.

**Abstract:** This survey uses lift and interviews to evaluate the use of personal narratives in political communication concerning the two main critical analysis that opponents of this technical note: the risk that increase social discontent in societies where political power loses legitimacy and the danger that it contributes to the politics trivialization

**Keywords:** Storytelling, customization, political communication.

## **Introducción**

El fuerte y creciente grado de personalización en el ámbito de la comunicación política, consecuencia de los procedimientos de individualización y privatización (VAN AELST; SHEAFER; STANYER, 2012, p. 205), provoca que los atributos personales del candidato se hayan convertido en uno de los *framings* de las campañas. Es por esto por lo que el candidato y sus propiedades particulares, privadas y, en ocasiones, incluso íntimas funcionan como un atajo cognitivo (LAGUNA, 2011, p. 46), de modo que se “ficcionaliza” la vida de los

candidatos para buscar adhesiones y simpatías más por los valores personales que por las creencias políticas (MAAREK, 2014, p. 18).

Una de las herramientas esenciales para presentar estos contenidos son los relatos, con las técnicas narrativas propias del *storytelling* y con todas las ventajas que entrañan, especialmente la gran capacidad de activación de emociones en el receptor (NÚÑEZ, 2007) y el mayor poder de memorización que imprimen (BRUNER, 2003).

Sin embargo, diversos teóricos se han manifestado en contra de este tipo de estrategias por entender que desvirtúan la política. Uno de ellos es Salmon, quien califica esta técnica de “arma de distracción masiva” y sostiene que tal es su grado de penetración que ha dado pie a una nueva etapa en la democracia, la de la “pospolítica”, en la que la batalla de las historias se impone al debate de las ideas porque “al dirigirse a los individuos como a una ‘audiencia’, al evitar al adversario, al eludir los partidos, han sustituido el debate público por la captación de las emociones y los deseos” (SALMON, 2007, p. 222).

Otro de ellos es Vallés, quien considera que la política democrática ha sido raptada por una lógica comunicativa de importancia capital en la que los relatos personales ocupan un lugar central y en la que se aprecian rasgos como “la predilección por los contenidos más próximos al impacto emocional que a la exposición racional (...) y la predilección por el personaje símbolo-relato” (VALLÉS, 2010, p.15).

En las opiniones de ambos se encuentra latente la creencia de que los relatos personales constituyen una amenaza para la política en su sentido tradicional de espacio de confrontación de ideas, proyectos e ideologías. De este modo, identifican el recurso a esta técnica y a estos contenidos con el peligro de que se agrave la desafección ciudadana y de que se banalice y se trivialice la política.

## **Metodología**

Para evaluar cómo perciben los expertos estos dos peligros hemos optado por una metodología mixta en el marco de la triangulación metodológica ya que, además de la revisión bibliográfica, hemos escogido las técnicas de la encuesta y de la entrevista dirigidas a profesionales que hayan empleado el *storytelling* personal en campaña y al presidente de la Asociación de Comunicación Política (ACOP), David Redoli, respectivamente, con el objetivo de incorporar las opiniones de profesionales e expertos.

La encuesta fue enviada a una muestra no aleatoria (todos los equipos de comunicación de los candidatos gallegos con vídeos en Youtube donde se aprecia *storytelling* personal (VÁZQUEZ, 2015) a través de la herramienta Google Forms, mientras que la entrevista fue no sistematizada y en profundidad (DE MIGUEL, 2005), con un cuestionario abierto y se celebró personalmente en febrero de 2015.

Por último, es importante precisar que aunque la mayoría de investigaciones científicas en el ámbito de la comunicación política se centran en el contenido del mensaje y en su recepción, nuestro estudio se enmarca en el aspecto de la producción, lo que le otorga un valor diferencial y complementario al del resto de contribuciones académicas.

## Resultados

Si hablamos en primer lugar de la relación entre el *storytelling* personal y la desafección ciudadana, es preciso señalar que el 50% de los profesionales consultados opinan que estos relatos son “bastante útiles” para combatir esta percepción, mientras que el 50% restante los ven “muy útiles”. Esto pone de manifiesto el elevado grado de confianza que depositan sobre la técnica, ya no solo como recurso electoral que contribuya a las lógicas político-electorales, sino también como un elemento de relegitimación de los políticos frente al panorama actual. Además, resulta muy llamativo que ninguno de los participantes en la

encuesta haya considerado los relatos personales “nada útiles”, “poco útiles” o “indiferentes para tal fin”, como se ofrecía entre las posibles respuestas.

Por su parte, el presidente de la ACOP supeditó la posibilidad de que los relatos contribuyan a reducir la desafección ciudadana a la manera en la que estos se empleen, puesto que no siempre se consigue minimizar la distancia entre los representantes y los representados, sino que en ocasiones se agranda ese foso. En sus palabras,

*Por un lado puede dar proximidad pero también, por el otro, puede dar distancia. Por ejemplo, lo que hizo Aznar<sup>1</sup> con su hija no transmitía proximidad: organizar una boda por todo lo alto en el Escorial<sup>2</sup> con primeros ministros y fuerzas de seguridad del estado no acerca a ningún político, excepto a algunas élites determinadas, que es lo que él quería. Fue un uso público de un acto privado, la boda de su hija. Por eso, puede alejar o acercar, depende de cómo se utilice, depende del contexto... Pero creo que no va a ser lo substantivo de un candidato ni de sus campañas, por lo menos no en España en el corto plazo.*

Por otra parte, también les pedimos su opinión respecto del segundo riesgo: que el uso del *storytelling* acabe conduciendo a la política a la trivialización y a la banalización. Así lo comparte David Redolí, quien señaló este peligro cuando le preguntamos cuál era el principal inconveniente que detectaba a respecto de esta técnica:

*Que puede vaciar de contenido a la política (...) si se pone demasiado peso sobre la parte comunicativa. La cuestión de los relatos y las historias está muy bien si no olvidamos que son una herramienta para transmitir contenidos políticos. Si acaban siendo un fin en sí mismos es donde aparece el gran problema: concebirllos como un fin en lugar de como un medio.*

Mientras, a los profesionales del sector les pedimos que expresasen su grado de conformidad con la siguiente afirmación: “Creo que el uso de los relatos personales puede ser contraproducente para el ejercicio de la política porque contribuye a la trivialización y a la banalización”. A diferencia del presidente de la

---

<sup>1</sup> Ex presidente del gobierno español.

<sup>2</sup> Complejo de más de 33.000 metros cuadrados, ubicado en la comunidad de Madrid, que incluye un palacio real, una basílica, un panteón, una biblioteca y un monasterio. Construido en el siglo XVI, fue residencia de la familia real española y es lugar de sepultura de los reyes españoles.

ACOP, ninguno de los encuestados percibe que el *storytelling* personal pueda tener efectos perjudiciales de este tipo: el 75% dicen estar “en total desacuerdo” con dicha aseveración y el 25% se manifiestan “en bastante desacuerdo” con ella.

Por lo tanto, los profesionales que emplearon esta técnica de relatos personales no temen ninguna consecuencia negativa derivada del uso del *storytelling*. Por el contrario, el presidente de la ACOP insistió en su reflexión final de la entrevista en la necesidad de no trivializar el empleo del *storytelling*, en el que percibe que se desvirtuó su esencia al reducirlo a “contar historietas”:

*Hay algo que me sorprende del storytelling: que se olvide un poco el origen contemporáneo de este concepto, de Henry Jenkins (profesor del Massachusetts Institute of Technology de 2003) con el artículo “Transmedia Storytelling”. Se ha simplificado demasiado el storytelling: parece que es contar historietas o cuentos, o hacer relatos sin más. Y no es eso: el artículo original de Jenkins lo que viene a decir es que se generan historias a partir de una trama narrativa que cubra todo el espectro comunicativo de un candidato, de una persona o de una institución. Eso es lo más útil del storytelling, no reducirlo a contar historias... Porque se ha desdibujado lo que es el concepto de storytelling, que no es hacer historietas ni simplificarlo como en la niña de Rajoy<sup>3</sup>. Tiene que ver con eso, pero no es eso.*

## Conclusiones

Pese a que diversos teóricos critican la utilización de los relatos personales de los políticos por entender que agravan la desafección ciudadana al mostrar su faceta más humana, ni el experto consultado ni los profesionales del ámbito gallego (una de las comunidades autónomas que forman parte de España) comparten esa impresión. Mientras que los que han trabajado con esta técnica creen que es útil para combatir esa desafección (la mitad de ellos opinan que es “bastante útil” y la otra mitad que es “muy útil”), el presidente de la Asociación de Comunicación Política opina que depende del uso que se les dé, de modo que tanto puede contribuir a minimizar esa percepción como a agrandarla.

---

<sup>3</sup> Referencia a una intervención del candidato del PP español, Mariano Rajoy, durante un debate en la campaña de las elecciones nacionales (2008): <https://www.youtube.com/watch?v=xdFDPxsxl9Y>

Por el contrario, respecto del riesgo que entrañan los relatos personales para la banalización de la política no se produce esa coincidencia entre las fuentes de nuestra investigación porque mientras que los profesionales se muestran radicalmente en contra de ese postulado, el experto al frente de la ACOP sí advierte de que el principal inconveniente del *storytelling* personal es precisamente el de contribuir a la trivialización.

En cualquier caso, hay que señalar que, desde nuestra perspectiva, es necesario desterrar visiones simplistas extremas que defiendan a ultranza el empleo de esta técnica y también las que sistemáticamente la condenan al ostracismo. Al contrario, conviene impulsar la producción científica sobre el *storytelling* en la comunicación política y entablar un diálogo permanente con la práctica profesional y la sociedad porque solo a partir de esta triple encrucijada se podrán obtener conclusiones fiables, siempre relativas y no universalmente válidas, sino que sometidas a las coordenadas sociopolíticas en las que se producen y se reciben esos mensajes.

## Referencias

- BRUNER, Jerome. *La fábrica de historias. Derecho, literatura, vida*. Buenos Aires: FCE, 2003.
- DE MIGUEL, Roberto. “La entrevista en profundidad a los emisores y los receptores de los medios” en BERGAZA CONDE, Rosa y RUIZ SAN ROMÁN, José A. *Investigar en Comunicación. Guía práctica de métodos y técnicas de investigación social en Comunicación*. Madrid: McGrawHill, p.251-264, 2005.
- LAGUNA, Antonio. “La profesionalización comunicativa: partidos políticos o empresas de comunicación”. *Ámbitos. Revista internacional de comunicación*, n.22, p.11-20, 2013.
- MAAREK, Philippe J. “Politics 2.0: New Forms of Digital Political Marketing and Political Communication”. *Trípodos*, n.34, p. 13-22, 2014.
- NÚÑEZ, Antonio. *¡Será mejor que lo cuentes! Los relatos como herramientas de comunicación*. Barcelona: Empresa Activa, 2007.
- SALMON, Christian. *Storytelling. La máquina de fabricar historias y formatear las mentes*. Barcelona: Península, 2007.

VALLÉS, Josep M. “Política democrática y comunicación: un rapto consentido”. *Revista de Estudios Políticos*, n.150, p.11-50, 2010.

VAN AELST, Peter; SHEAFER, Tamir; y STANYER, James. “The Personalization of Mediated Political Communications: a review of Concepts, Operationalizations and Key Findings”. *Journalism*, n.13 (2), p.203-220, 2012.

VÁZQUEZ, Pablo. *Storytelling personal en el relato político. Análisis de los contenidos publicados en 'Youtube' por los candidatos gallegos en las elecciones municipales de 2011*. Tese de Doutoramento, inédita, 2015.

## OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS ELEITORES?

Adriano Oliveira  
Universidade Federal de Pernambuco  
✉ adrianopolitica@uol.com.br

Carlos Gadelha  
Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau  
✉ carlos.gadelha@hotmail.com

Simara Costa  
Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau  
✉ simara.costa1@gmail.com

**Resumo:** Os resultados das pesquisas eleitorais influenciam o voto do eleitor? O objetivo deste artigo é responder tal indagação. Procura-se verificar também se os eleitores na eleição para presidente da República, governo do Estado e Senado tomaram conhecimento dos resultados das pesquisas eleitorais, e se sim, se acreditaram neles. De posse dos dados encontrados, testamos a hipótese central deste artigo: No universo dos eleitores que acreditam nos resultados das pesquisas eleitorais está presente o maior percentual de eleitores que assevera que os resultados das pesquisas influenciam o seu voto e a de outros eleitores. Os dados abordados neste artigo advêm de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau entre os eleitores recifenses após o processo eleitoral de 2014.

**Palavras-chave:** Pesquisas eleitorais; Eleitores; Escolhas; Influência dos eleitores.

**Abstract:** The results of polls influence the vote of the voter? The purpose of this article is to answer this question. Wanted also check voters in the election for President of the Republic, the state government and Senate took note of the results of the polls, and if so, to believe them. Having the data found, we test the central hypothesis of this article: In the universe of voters who believe the results of polls is this the highest percentage of voters who asserts that research results influence your vote and other voters. The data discussed in this article come from research conducted by the Mauritius Research Institute of Nassau between Recife voters after the election 2014.

**Keywords:** electoral Research, Voters, Choices, Influence voters.

## Introdução

É corriqueiro, em épocas eleitorais, os institutos de pesquisas serem questionados quanto à sua credibilidade. Os questionamentos advêm dos eleitores, imprensa e candidatos. Eles provocam diversas discussões que possibilitam que os institutos de pesquisas e as pesquisas eleitorais sejam vitrines durante a competição eleitoral ou em momentos de tensão social (CHAMPAGNE, 1998; GRAMACHO, 2010).

São diversos os questionamentos aos institutos de pesquisas, dentre os quais: **1)** Esta pesquisa está correta? **2)** Quem pagou por esta pesquisa? **3)** Na pesquisa do instituto A, Z está à frente de D; mas na pesquisa do instituto B, Z está atrás de D. Por quê<sup>1</sup>? Estas indagações provocam intensos debates que promovem dúvidas quanto à credibilidade dos institutos de pesquisas<sup>2</sup>. Além disto, pairam incertezas sobre a influência das pesquisas eleitorais na escolha do eleitor<sup>3</sup>.

Em razão dos questionamentos apresentados, este artigo tem o objetivo de responder, inicialmente, as seguintes indagações: **1)** Os eleitores confiam em institutos de pesquisas que divulgam pesquisas eleitorais? **2)** Na última eleição brasileira, a qual ocorreu no ano de 2014, os eleitores tomaram conhecimento dos resultados de pesquisas eleitorais? **3)** Se sim, os eleitores acreditaram nos resultados que foram divulgados pelos institutos? **4)** No universo dos eleitores que tomaram conhecimento dos resultados das

---

<sup>1</sup> Na última eleição presidencial, o presidenciável Aécio Neves (PSDB) questionou os resultados das pesquisas eleitorais. Segundo ele, as pesquisas erraram no 1º turno da disputa eleitoral (GAIER, 2014). <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/reuters/2014/10/23/aecio-questiona-pesquisas-e-diz-que-dilma-e-derrotada-em-qualquer-resultado.htm>

<sup>2</sup> Em outubro de 2013, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina concluiu CPI que sugeriu a ocorrência de fraudes em pesquisas eleitorais realizadas pelo Ibope no município de Foz do Iguaçu – <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cpi-do-ibope-conclui-que-houve-fortes-indicios-de-fraude-em-pesquisas-eleitorais-30mheo4lm1zj7dnu4sghcstam>

<sup>3</sup> Em fevereiro de 2015, o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) protocolou pedido para instalação da CPI das pesquisas eleitorais. Segundo Barros, o objetivo da pesquisa é "O objetivo da investigação é avaliar a divulgação das pesquisas e o seu reflexo no resultado das eleições. Nós queremos saber se o eleitor se influencia ou não pela pesquisa que é divulgada à véspera da eleição para que aí possamos prosperar na regulação desse assunto". <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/481365-CPI-DA-PESQUISA-ELEITORAL-FOI-A-PRIMEIRA-A-SER-PROTOCOLADA.html>

pesquisas, eles acreditaram que elas influenciaram o seu voto e o de outros eleitores?

A hipótese central deste artigo é: no universo dos eleitores que acreditam nos resultados das pesquisas eleitorais está presente o maior percentual de eleitores que assevera que os resultados das pesquisas influenciam o seu voto e a de outros eleitores. Neste caso, quanto mais o eleitor acredita nos resultados, mais crer que eles influenciam o seu voto e o de outrem. Esta é a relação causal que sugere a hipótese apresentada.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN) na cidade do Recife, capital de Pernambuco, no ano de 2014, após as disputas para presidente da República, governo do Estado e Senado, possibilita, através da estatística descritiva e de outras ferramentas estatísticas, como teste de associação, que as indagações apresentadas encontrem respostas e a hipótese seja testada<sup>4</sup>.

Este artigo sofre forte influência de Champagne (2008). Segundo este autor, as pesquisas de opinião podem ser utilizadas por atores políticos para influenciar a opinião pública, e, por consequência, a tomada de decisão de diversos atores. Elas podem, inclusive, ameaçar a democracia, em razão de que elas representam para os analistas políticos e jornalistas a opinião suprema, a qual deve ser respeitada e seguida. E, obviamente, não questionada, pois as pesquisas refletem os desejos da opinião pública.

Gramacho (2013) desenvolve artigo inédito sobre os erros das pesquisas eleitorais brasileiras. O autor procura verificar, com base em diversas pesquisas realizadas no ano de 2010 para presidente da República e governo do Estado, se os resultados apresentados por elas conferem com os derivados das urnas. O artigo conclui que os contextos importam para explicar os resultados das eleições, que nenhum partido foi beneficiado pelas

---

<sup>4</sup> As entrevistas foram realizadas nos dias 13 e 14 de outubro entre os eleitores recifenses. Foram entrevistados 624 eleitores. Agradecemos o apoio do IPMN.

pesquisas eleitorais realizadas no decorrer da disputa eleitoral de 2010 e que não convém condenar a precisão dos resultados das pesquisas.

Oliveira *et. al* (2011) responde parte das indagações apresentadas neste artigo em pesquisa realizada no estado de Pernambuco no ano de 2010 após as eleições para presidente da República e governo do Estado. Porém, o autor não testa as hipóteses sugeridas neste artigo. Portanto, os estudos de Gramacho (2013) e Oliveira *et. al* abordam a precisão dos resultados das pesquisas e a confiabilidade delas entre os eleitores. Entretanto, eles não respondem se, à luz dos eleitores, os resultados das pesquisas eleitorais influenciam ou não as escolhas dos eleitores.

Inicialmente, este artigo, através da estatística descritiva, responde as indagações apresentadas. Em seguida testa a hipótese evidenciada. Apesar dos dados contidos neste artigo advirem apenas da opinião dos eleitores recifenses, ele contribui para iluminar a plausibilidade da afirmação presente no senso comum de que os resultados das pesquisas eleitorais influenciam a decisão dos eleitores. Além de incentivar novas pesquisas sobre a influência dos resultados das pesquisas no comportamento dos eleitores.

### **As pesquisas eleitorais na opinião dos eleitores**

Você confia em institutos de pesquisas que realizam pesquisas eleitorais? 9,3% dos entrevistados afirmaram confiar em todos os institutos de pesquisas. 40,9% declararam não confiar em institutos de pesquisas. E 38,3% frisaram confiar em apenas alguns institutos de pesquisas. Constatamos, portanto, que 47,6% dos eleitores confiam em algum instituto de pesquisa. Tal porcentual é superior aos do que declaram não confiar em nenhum.

Os eleitores com menor renda familiar são os que menos confiam em institutos de pesquisas (Tabela 1). No universo dos eleitores que tem renda familiar até 1 salário mínimo, 57% não confiam em nenhum instituto de pesquisa. Entre os eleitores que têm renda familiar acima de 1 até 2 salários

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

mínimo, 44% não confiam. Entre os eleitores que têm renda familiar entre 2 e 5 salários mínimo, 31% não confiam. No segmento dos eleitores que tem renda familiar superior a 5 salários mínimo, 34% não confiam.

Os dados revelam que os institutos de pesquisas têm maior aprovação entre os eleitores com maior renda familiar. No universo dos eleitores que possuem renda entre 2 a 5 salários mínimos, 59% confiam em algum instituto de pesquisa. Porcentual semelhante encontramos no estrato de eleitores que têm renda acima de 5 salários mínimos.

Resultados semelhantes encontramos quando analisamos a opinião dos eleitores por nível de instrução. São os eleitores com mais tempo de estudo que mais confiam em algum instituto de pesquisa. E os que têm menor tempo de estudo são os que menos confiam – Tabela 1. Portanto, eleitores com maior renda e com maior nível de instrução são os que mais confiam em algum instituto de pesquisa.

**Tabela 1 – Você confia em institutos de pesquisas que realizam pesquisas eleitorais?**

|                           | TOTAL  | RENDA FAMILIAR |                     |                     |               |       | GRAU DE INSTRUÇÃO  |                     |                |                |          |
|---------------------------|--------|----------------|---------------------|---------------------|---------------|-------|--------------------|---------------------|----------------|----------------|----------|
|                           |        | ATÉ 1 SM       | ACIMA DE 1 ATÉ 2 SM | ACIMA DE 2 ATÉ 5 SM | ACIMA DE 5 SM | NS/NR | ATÉ 3ª SÉRIE FUND. | 4ª A 7ª SÉRIE FUND. | FUND. COMPLETO | MÉDIO COMPLETO | SUPERIOR |
| BASE                      | 100,0% | 14%            | 37%                 | 35%                 | 6%            | 9%    | 10%                | 12%                 | 25%            | 47%            | 6%       |
| Sim, em todos             | 9,3%   | 7%             | 8%                  | 13%                 | 11%           | 4%    | 17%                | 5%                  | 7%             | 10%            | 8%       |
| Sim, mas apenas em alguns | 38,3%  | 29%            | 38%                 | 46%                 | 47%           | 22%   | 17%                | 29%                 | 39%            | 43%            | 47%      |
| Não confio em nenhum      | 40,9%  | 57%            | 44%                 | 31%                 | 34%           | 46%   | 57%                | 52%                 | 35%            | 38%            | 39%      |
| NS/NR                     | 11,5%  | 7%             | 10%                 | 11%                 | 8%            | 28%   | 8%                 | 14%                 | 18%            | 9%             | 5%       |

Fonte: Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau

Nesta última campanha eleitoral, você tomou conhecimento de resultados de pesquisas eleitorais? 49,2% asseveraram que sim e 46,6% afirmaram que não. No universo de 49,2%, 98% frisaram que a televisão foi a principal fonte de informação. Seguido da internet, com 52%.

São os eleitores com maior renda familiar e mais tempo de estudo que mais afirmaram ter tomado conhecimentos dos resultados das pesquisas

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

eleitorais. Entre os eleitores com renda acima de 5 salários mínimo, 61% afirmaram que tomaram conhecimentos dos resultados das pesquisas. No universo entre 2 a 5 salários mínimo, 63% (Tabela 2).

Com a diminuição da renda, o percentual de eleitores informados sobre os resultados de pesquisas se reduz. Nos estratos de renda familiar entre 1 e 2 salários mínimo e até 1 salário mínimo, os percentuais foram de 45% e 37%, respectivamente. Os eleitores com maior tempo de estudo são os que também tomaram conhecimento sobre os resultados das pesquisas eleitorais. Portanto, quanto mais elevada à renda familiar e o nível de instrução dos eleitores, maior a informação sobre as pesquisas eleitorais e maior a confiança em algum instituto de pesquisa.

**Tabela 2 – Nesta última campanha eleitoral, você tomou conhecimento de resultados de pesquisas eleitorais?**

|       | TOTAL  | RENDA FAMILIAR |                     |                     |               |       | GRAU DE INSTRUÇÃO  |                     |                |                |          |
|-------|--------|----------------|---------------------|---------------------|---------------|-------|--------------------|---------------------|----------------|----------------|----------|
|       |        | ATÉ 1 SM       | ACIMA DE 1 ATÉ 2 SM | ACIMA DE 2 ATÉ 5 SM | ACIMA DE 5 SM | NS/NR | ATÉ 3ª SÉRIE FUND. | 4ª A 7ª SÉRIE FUND. | FUND. COMPLETO | MÉDIO COMPLETO | SUPERIOR |
| BASE  | 100,0% | 14%            | 37%                 | 35%                 | 6%            | 9%    | 10%                | 12%                 | 25%            | 47%            | 6%       |
| SIM   | 49,2%  | 37%            | 45%                 | 63%                 | 61%           | 22%   | 40%                | 29%                 | 36%            | 62%            | 66%      |
| NÃO   | 46,6%  | 62%            | 50%                 | 35%                 | 34%           | 59%   | 59%                | 59%                 | 58%            | 36%            | 34%      |
| NS/NR | 4,2%   | 1%             | 4%                  | 1%                  | 5%            | 19%   | 2%                 | 12%                 | 6%             | 2%             | 0%       |

Fonte: Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau

Ao tomar o conhecimento dos resultados, você acreditou neles? 58,6% responderam sim. E 33,6%, não. Neste ponto, não encontramos forte diversidade de opinião sobre a confiança nos resultados das pesquisas. Em todos os segmentos – renda familiar e nível de instrução – constatamos percentual acima de 50% de confiança dos eleitores para com os resultados das pesquisas.

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

**Tabela 3 – Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles?**

|       | TOTAL  | RENDA FAMILIAR |                     |                     |               |       | GRAU DE INSTRUÇÃO  |                     |                |                |          |
|-------|--------|----------------|---------------------|---------------------|---------------|-------|--------------------|---------------------|----------------|----------------|----------|
|       |        | ATÉ 1 SM       | ACIMA DE 1 ATÉ 2 SM | ACIMA DE 2 ATÉ 5 SM | ACIMA DE 5 SM | NS/NR | ATÉ 3ª SÉRIE FUND. | 4ª A 7ª SÉRIE FUND. | FUND. COMPLETO | MÉDIO COMPLETO | SUPERIOR |
| BASE  | 100,0% | 14%            | 37%                 | 35%                 | 6%            | 9%    | 10%                | 12%                 | 25%            | 47%            | 6%       |
| SIM   | 58,6%  | 50%            | 59%                 | 60%                 | 64%           | 58%   | 52%                | 52%                 | 61%            | 60%            | 56%      |
| NÃO   | 33,6%  | 44%            | 35%                 | 32%                 | 23%           | 33%   | 48%                | 29%                 | 32%            | 33%            | 28%      |
| NS/NR | 7,9%   | 6%             | 6%                  | 9%                  | 14%           | 8%    | 0%                 | 19%                 | 7%             | 7%             | 16%      |

Fonte: Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau

No universo dos que foram informados sobre os resultados das pesquisas eleitorais (49,2%), 70,1% salientaram que os institutos de pesquisas acertaram parte dos resultados das eleições. E 18,4% frisaram que eles acertaram todos os resultados das eleições. Portanto, 88,5% consideram, de algum modo, que os institutos de pesquisas acertaram os resultados da eleição.

Em sua avaliação, os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa influenciaram o voto dos eleitores? Entre os eleitores que declararam ter tomado conhecimento dos resultados das pesquisas eleitorais (49,2%), predomina a opinião de que eles, ao serem divulgados pela imprensa, influenciaram a escolha dos eleitores.

A tabela 4 mostra que 60% dos eleitores afirmaram que os resultados das pesquisas influenciaram as escolhas de outros eleitores para o governo de Pernambuco. 63% e 60% frisaram que os resultados incentivaram a decisão dos eleitores para senador e presidente da República, respectivamente. Quanto maior a renda, maior é a crença de que os resultados das pesquisas eleitorais influenciaram o voto de outrem eleitor.

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

**Tabela 4 – Em sua opinião, os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa influenciaram o voto dos eleitores para:**

|                          |     | Total | RENDA FAMILIAR |                     |                     |               |       | GRAU DE INSTRUÇÃO  |                     |                |                |          |
|--------------------------|-----|-------|----------------|---------------------|---------------------|---------------|-------|--------------------|---------------------|----------------|----------------|----------|
|                          |     |       | ATÉ 1 SM       | ACIMA DE 1 ATÉ 2 SM | ACIMA DE 2 ATÉ 5 SM | ACIMA DE 5 SM | NS/NR | ATÉ 3ª SÉRIE FUND. | 4ª A 7ª SÉRIE FUND. | FUND. COMPLETO | MÉDIO COMPLETO | SUPERIOR |
| Base                     |     | 100%  | 14%            | 37%                 | 35%                 | 6%            | 9%    | 10%                | 12%                 | 25%            | 47%            | 6%       |
| Presidente da República  | SIM | 60%   | 47%            | 50%                 | 70%                 | 78%           | 42%   | 64%                | 62%                 | 57%            | 59%            | 68%      |
|                          | NÃO | 40%   | 53%            | 50%                 | 30%                 | 22%           | 58%   | 36%                | 38%                 | 43%            | 41%            | 32%      |
| Governador de Pernambuco | SIM | 65%   | 53%            | 49%                 | 76%                 | 83%           | 67%   | 72%                | 76%                 | 63%            | 61%            | 80%      |
|                          | NÃO | 35%   | 47%            | 51%                 | 24%                 | 17%           | 33%   | 28%                | 24%                 | 38%            | 39%            | 20%      |
| Senador de Pernambuco    | SIM | 63%   | 53%            | 48%                 | 74%                 | 74%           | 75%   | 72%                | 76%                 | 59%            | 59%            | 80%      |
|                          | NÃO | 37%   | 47%            | 52%                 | 26%                 | 26%           | 25%   | 28%                | 24%                 | 41%            | 41%            | 20%      |

Fonte: Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau

Em sua avaliação, os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa influenciaram o seu voto? Ao contrário do que a Tabela 4 mostra, os eleitores não consideram, majoritariamente, que os resultados das pesquisas divulgados influenciaram o seu voto.

Para 28% dos eleitores, os resultados das pesquisas influenciaram a sua escolha eleitoral para governador de Pernambuco. 26% e 21% dos eleitores reconhecem que os resultados das pesquisas influenciaram o seu voto para senador de Pernambuco e presidente da República. Independente da renda e do nível de instrução, os eleitores, majoritariamente, reconhecem que os resultados das pesquisas não incentivaram a sua escolha eleitoral (Tabela 5).

**Tabela 5 – Em sua opinião, os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa influenciaram o seu voto para**

|                          |     | Total | RENDA FAMILIAR |                     |                     |               |       | GRAU DE INSTRUÇÃO  |                     |                |                |          |
|--------------------------|-----|-------|----------------|---------------------|---------------------|---------------|-------|--------------------|---------------------|----------------|----------------|----------|
|                          |     |       | ATÉ 1 SM       | ACIMA DE 1 ATÉ 2 SM | ACIMA DE 2 ATÉ 5 SM | ACIMA DE 5 SM | NS/NR | ATÉ 3ª SÉRIE FUND. | 4ª A 7ª SÉRIE FUND. | FUND. COMPLETO | MÉDIO COMPLETO | SUPERIOR |
| Base                     |     | 100%  | 14%            | 37%                 | 35%                 | 6%            | 9%    | 10%                | 12%                 | 25%            | 47%            | 6%       |
| Presidente da República  | SIM | 21%   | 16%            | 17%                 | 27%                 | 17%           | 17%   | 32%                | 19%                 | 29%            | 18%            | 20%      |
|                          | NÃO | 79%   | 84%            | 83%                 | 73%                 | 83%           | 83%   | 68%                | 81%                 | 71%            | 82%            | 80%      |
| Governador de Pernambuco | SIM | 28%   | 25%            | 18%                 | 33%                 | 30%           | 67%   | 28%                | 38%                 | 36%            | 26%            | 20%      |
|                          | NÃO | 72%   | 75%            | 82%                 | 67%                 | 70%           | 33%   | 72%                | 62%                 | 64%            | 74%            | 80%      |
| Senador de Pernambuco    | SIM | 26%   | 22%            | 16%                 | 30%                 | 30%           | 67%   | 24%                | 38%                 | 32%            | 24%            | 20%      |
|                          | NÃO | 74%   | 78%            | 84%                 | 70%                 | 70%           | 33%   | 76%                | 62%                 | 68%            | 76%            | 80%      |

Fonte: Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau

### **A crença dos eleitores e o reconhecimento da influência**

Os eleitores, majoritariamente, afirmam que os resultados das pesquisas eleitorais influenciam o seu voto e dos demais eleitores. Esta hipótese foi parcialmente falseada. As tabelas 4 e 5 mostram que os eleitores, majoritariamente, afirmam que os resultados das pesquisas eleitorais influenciaram o voto dos outros eleitores – 60% para presidente da República, 65% para governador de Pernambuco e 63% para senador de Pernambuco. Entretanto, 79% dos eleitores consideram que os resultados das pesquisas não incentivaram o seu voto para presidente da República. E 72% e 74% asseveram, respectivamente, que eles não influenciaram a sua escolha para governador de Pernambuco e senador de Pernambuco.

Qual é a razão desta diferença de opinião? Interpretação possível não advém dos dados. Mas de uma nova hipótese. Os eleitores não admitem admitir, embora possam acreditar, que os resultados das pesquisas eleitorais influenciem o seu voto. Neste sentido, eles reconhecem que os resultados das pesquisas incentivam o voto de outrem, mas não o seu. Tal negação sugere possível vergonha ou receio em admitir que a sua escolha eleitoral foi influenciada pelos resultados das pesquisas.

A outra hipótese deste artigo é: No universo dos eleitores que acreditaram nos resultados das pesquisas eleitorais estão presentes o maior percentual de eleitores que asseveram que os resultados das pesquisas influenciam o seu voto e a de outros eleitores. Esta hipótese é falsa.

Para o teste da hipótese apresentada, foram realizadas análises conjuntas de duas variáveis quanto às suas relações, dependências ou associações. Neste caso, foram utilizadas técnicas e testes de comparação de proporção (com utilização do método de comparação múltipla de Bonferroni) com uma significância de 5%. O ajuste de Bonferroni é conservativo, ou seja, o p-valor que ele produz nunca é menor que o p-valor real. Assim, quando o

p-valor, após o ajuste de Bonferroni for pequeno, a hipótese nula pode ser rejeitada conclusivamente.

Os resultados de comparação das proporções aqui apresentados e que tiveram resultados significativos indica que foi encontrado em cada caso um  $p\text{-valor} < 0,05$ , o que caracteriza a diferença significativa entre as proporções observadas nos grupos analisados.

A Tabela 6 mostra que no universo dos acreditaram nos resultados das pesquisas eleitorais (63,6%), 56,2% afirmam que elas influenciaram o voto dos eleitores para presidente da República. E para 59,6% e 57,1% dos eleitores, os resultados das pesquisas incentivaram a escolha para governador de Pernambuco e senador de Pernambuco, respectivamente.

Por outro lado, no universo dos que não acreditaram nos resultados das pesquisas (36,4%), constatamos que 70,6%, 75,5% e 74,5% dos eleitores frisaram que os resultados das pesquisas influenciaram o voto dos eleitores para presidente da República, governador de Pernambuco e senador de Pernambuco, respectivamente (Tabela 6). Deste modo, concluirmos que, majoritariamente, os eleitores, independente do crédito nos resultados, consideram que eles influenciaram a decisão do eleitor.

Porém, encontramos no universo dos que não acreditaram nos resultados das pesquisas, o maior percentual dos que creem que elas influenciaram a decisão do eleitor. Sendo assim, quanto menor a crença nos resultados das pesquisas, maior o percentual de eleitores que acredita que elas influenciaram a escolha dos eleitores.

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

**Tabela 6 – Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? *Versus* Em sua avaliação, os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa influenciaram O VOTO DOS ELEITORES para:**

| Presidente da República |        |                                                             |       |
|-------------------------|--------|-------------------------------------------------------------|-------|
|                         | TOTAL  | Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? |       |
|                         |        | SIM                                                         | NÃO   |
| BASE                    | 100,0% | 63,6%                                                       | 36,4% |
| SIM                     | 60,1%  | 56,2%                                                       | 70,6% |
| NÃO                     | 39,9%  | 43,8%                                                       | 29,4% |

Valor de  $p = 0,017$

| Governador de Pernambuco |        |                                                             |       |
|--------------------------|--------|-------------------------------------------------------------|-------|
|                          | TOTAL  | Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? |       |
|                          |        | SIM                                                         | NÃO   |
| BASE                     | 100,0% | 63,6%                                                       | 36,4% |
| SIM                      | 64,7%  | 59,6%                                                       | 75,5% |
| NÃO                      | 35,3%  | 40,4%                                                       | 24,5% |

Valor de  $p = 0,007$

| Senador de Pernambuco |        |                                                             |       |
|-----------------------|--------|-------------------------------------------------------------|-------|
|                       | TOTAL  | Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? |       |
|                       |        | SIM                                                         | NÃO   |
| BASE                  | 100,0% | 63,6%                                                       | 36,4% |
| SIM                   | 63,1%  | 57,3%                                                       | 74,5% |
| NÃO                   | 36,9%  | 42,7%                                                       | 25,5% |

Valor de  $p = 0,004$

Foi utilizado o Teste Qui-Quadrado de Pearson para verificar a existência de associação entre as variáveis P. 05 e P.07. Todas as variáveis testadas apresentaram associação com nível de significância de  $p < 0,05$ .

A tabela 7 revela que no universo de eleitores que acreditaram nos resultados das pesquisas eleitorais (63,6%), 31,1% frisaram que eles influenciaram a sua escolha para presidente da República. E 39,5% e 36,7% dos eleitores afirmaram que elas incentivaram o seu voto para governador de Pernambuco e senador de Pernambuco.

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

Por outro lado, é no universo dos eleitores que não acreditaram nos resultados das pesquisas – 36,4% – que encontramos o menor percentual de eleitores que admitem que eles influenciaram o seu próprio voto para presidente da República, governador de Pernambuco e senador de Pernambuco. Os resultados foram, respectivamente: 8,8%, 10,8% e 7,8%. Neste caso, quanto menor a confiança nos resultados das pesquisas, menor o percentual de eleitores que reconhecem a influência deles em sua escolha eleitoral.

**Tabela 7 – Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? *Versus* Em sua avaliação, os resultados das pesquisas eleitorais divulgados pela imprensa influenciaram O SEU VOTO para:**

| Presidente da República |        |                                                             |       |
|-------------------------|--------|-------------------------------------------------------------|-------|
|                         | TOTAL  | Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? |       |
|                         |        | SIM                                                         | NÃO   |
| BASE                    | 100,0% | 63,6%                                                       | 36,4% |
| SIM                     | 21,3%  | 31,1%                                                       | 8,8%  |
| NÃO                     | 78,7%  | 68,9%                                                       | 91,2% |

Valor de  $p = 0,000$

| Governador de Pernambuco |        |                                                             |       |
|--------------------------|--------|-------------------------------------------------------------|-------|
|                          | TOTAL  | Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? |       |
|                          |        | SIM                                                         | NÃO   |
| BASE                     | 100,0% | 63,6%                                                       | 36,4% |
| SIM                      | 28,2%  | 39,5%                                                       | 10,8% |
| NÃO                      | 71,8%  | 60,5%                                                       | 89,2% |

Valor de  $p = 0,000$

| Senador de Pernambuco |        |                                                             |       |
|-----------------------|--------|-------------------------------------------------------------|-------|
|                       | TOTAL  | Ao tomar conhecimento dos resultados, você acreditou neles? |       |
|                       |        | SIM                                                         | NÃO   |
| BASE                  | 100,0% | 63,6%                                                       | 36,4% |
| SIM                   | 25,9%  | 36,7%                                                       | 7,8%  |
| NÃO                   | 74,1%  | 63,3%                                                       | 92,2% |

Valor de  $p = 0,000$

Foi utilizado o Teste Qui-Quadrado de Pearson para verificar a existência de associação entre as variáveis P. 05 e P.08. Todas as variáveis testadas apresentaram associação com nível de significância de  $p < 0,001$ .

## **Conclusão**

No universo dos eleitores que acreditam nos resultados das pesquisas eleitorais está presente o maior percentual de eleitores que assevera que os resultados das pesquisas influenciam o seu voto e a de outros eleitores. Neste caso, quanto mais o eleitor acredita nos resultados, mais crer que eles influenciam o seu voto e o de outrem. Esta é a relação causal que sugere a hipótese apresentada no início deste artigo.

Este artigo mostrou que os eleitores que tomaram conhecimento dos resultados das pesquisas eleitorais creem, em sua maioria, que eles incentivam o voto de outros eleitores. Porém, menor percentual de eleitores crê que eles influenciam o próprio voto. Portanto, os eleitores reconhecem que os resultados das pesquisas influenciam a escolha de outros eleitores.

Quanto à confiança nos resultados das pesquisas, é no universo dos eleitores que não acreditaram nos resultados das pesquisas eleitorais que encontramos o maior percentual de eleitores que consideram que eles influenciam a tomada de decisão de outros eleitores. Sendo assim, a hipótese apresentada neste artigo foi falseada em parte pelos dados. Encontro contradições, já que a obviedade aparente era de que se o eleitor confia nos resultados das pesquisas, ele crer mais que eles influenciam a decisão de outrem. Entretanto, não é isto que é observado. Portanto, tal contradição significa o quê?

Não temos explicação para aparente contradição, a qual deve ser procurada em próximas pesquisas. Por outro lado, é importante destacar que no universo dos eleitores que não acreditam nos resultados das pesquisas está

DOSSIÊ  
ADRIANO OLIVEIRA, CARLOS GADELHA E SIMARA COSTA  
OS RESULTADOS DAS PESQUISAS ELEITORAIS INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS  
ELEITORES?

presente o menor percentual de eleitores que não acreditam que elas influenciam o seu próprio voto.

Portanto, ao contrário da interpretação do eleitor para com a influência do resultado da pesquisa em outrem, constatamos que é no universo dos que acreditam nos resultados das pesquisas que está o maior percentual de eleitores que creem que elas influenciam o seu próprio voto. Então, parte da hipótese não foi falseada.

Tal contradição incentiva à realização de novas pesquisas com o objetivo de decifrá-la. Este artigo, entretanto, contribui para mostrar que os eleitores acreditam, majoritariamente, que os resultados das pesquisas eleitorais influenciam a decisão do eleitor. Porém, não admitem, em sua maioria, que elas incentivam a sua própria escolha. Qual é a razão disto? Outra agenda para nova pesquisa.

## Referências

- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião – O novo jogo político*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira.
- GRAMACHO, Wladimir G. À margem das margens? A precisão das pesquisas pré eleitorais brasileiras em 2010. *Opin. Pública* v.19, n.1, Campinas, June, 2013.
- GUSMÃO, Luís de. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- OLIVEIRA, Adriano; GADELHA, Carlos; ROMÃO, Maurício. As pesquisas das pesquisas – A opinião do eleitor sobre as pesquisas eleitorais. *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*. v.20, n.2, 2011.

# DISCURSO DO MEDO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014

Vanderlei de Castro Ezequiel

Faculdade Cásper Líbero

✉ vander.ce@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar o discurso do medo como estratégia de campanha eleitoral. A orientação teórico-metodológica é a Análise de Discurso de linha francesa. Conclui-se que, no atual contexto político-eleitoral brasileiro o discurso do medo é utilizado de maneira generalizada pelos candidatos e partidos, independentemente do posicionamento ideológico, espetacularizando a política.

**Palavras-chave:** medo, discurso político, *ethos*, *antiethos*, espetáculo.

**Abstract:** The objective of this study is to analyze the discourse of fear as a campaign strategy. The theoretical and methodological orientation is the French Discourse Analysis. We conclude that, in the current Brazilian political-electoral context the discourse of fear is used extensively by candidates and parties, regardless of ideological positioning, spectacularizing the policy.

**Keywords:** fear, political discourse, *ethos*, *antiethos*, spectacle.

## Introdução

Muitos pesquisadores e cientistas políticos afirmam que o “medo não elege”. Entretanto, esse é um discurso recorrente em campanhas eleitorais. No período eleitoral, candidatos e partidos políticos investem em elementos de diferenciação no enfrentamento da concorrência, cada vez mais acirrada, pelo voto. A principal estratégia é desenvolver uma imagem positiva (*ethos*) do candidato e do partido junto à população. Por outro, o ataque aos adversários também é amplamente utilizado, empregando, muitas vezes, o discurso do medo para desconstruir e macular a imagem, criando um *antiethos* dos oponentes.

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso do medo como estratégia de campanha eleitoral. Especificamente, pretende-se identificar a utilização do discurso do medo para construção do *ethos* dos candidatos e *antiethos* dos adversários e sua apropriação por diferentes correntes

político/ideológicas, durante as eleições para Presidente da República do Brasil em 2014.

O trabalho inicia-se apresentando os conceitos: origem do medo (MIRA Y LOPES E DELUMEAU) e racionalização do medo (HOBBS), espetacularização (DEBORD). Segue com a apresentação da metodologia da Análise de Discurso de linha francesa – discurso político, *ethos* e *antiethos*. Em seguida, apresenta o objeto – fala dos principais candidatos durante a campanha eleitoral de 2014 – e analisa as sequências discursivas selecionadas. Finaliza com uma análise crítica do discurso do medo nas eleições.

### **Origem do medo e sua racionalização**

O medo representa uma emoção extraordinariamente complexa, pois acha-se integrado pela combinação de vários processos que foram surgindo ao longo da evolução biológica. Pode ser definido como um estado, não da mente, mas do sistema neuroendócrino, constituindo uma raiz biológica primitiva do fenômeno emocional (MIRA, LÓPEZ, 1996).

Inerente à natureza humana, constituindo-se numa defesa essencial contra os perigos, o medo é indispensável reflexo que auxilia ao organismo escapar provisoriamente à morte: sem ele, nenhuma espécie teria sobrevivido. Para Delumeau, o termo medo, no sentido estrito (individual): “[...] é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação” (2009, p. 30).

Thomas Hobbes – em seu clássico *Leviatã* – parte de um construto teórico: “estado de natureza”, utilizado como metáfora para explicar como seria a vida dos homens se eles não vivessem em sociedade. Assim, os homens em estado de natureza não estão submetidos a qualquer ordenamento ou instituição superior a si, sendo todos iguais, tanto em força física como em espírito. Ou seja, igualmente aptos a matar e, por isso mesmo, vivendo a

ameaça de um estado caótico, de ausência de regras comuns, de anomia total, tendo como expressão máxima a guerra de todos contra todos. Devido às paixões humanas a situação de convívio coletivo torna-se inviável e a paz social não é possível. Em contrapartida,

*As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. (HOBBS, 1979, p. 77).*

Assim, ao tomar consciência do perigo comum em que se encontram, os indivíduos teriam tomado à decisão racional de saírem do estado natural, entrando no estado civil. Institui-se, então, o poder do Estado, e no centro do nascimento do Estado encontra-se o medo. Esse medo, produtor de racionalidade, parte de um impulso que, ao colocar em risco um bem essencial – a vida – estimula os indivíduos a ultrapassarem suas divergências para fundar uma ordem política, garantindo a sobrevivência de todos.

### **Discurso político, *ethos* e *antiethos***

O discurso político, durante o período eleitoral, sofre a coerção da formação discursiva a que pertence, exibindo uma situação de disputa que estabelece a figura do sujeito-candidato e seu oposto, o outro, adversário político. O discurso político objetiva, assim, influenciar as opiniões a fim de obter adesões às propostas que defende, ou rejeições aos projetos adversários.

*O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se*

*constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2011, p. 39).*

De acordo com Charaudeau, “O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê” (2011, p. 115). Ainda segundo o autor, a construção da imagem do sujeito que fala se apoia ao mesmo tempo nos dados anteriores ao discurso, isto é, naquilo que se sabe a priori do locutor, e nos dados trazidos pela própria enunciação.

Dessa forma, ao constituir um *ethos* próprio, o candidato investe direta ou indiretamente na produção do *antiethos* à figura do adversário. Essa estratégia de realizar a crítica indireta do oponente reforça a valorização do *ethos* próprio. No entanto, a falha no ritual discursivo pode deslizar, inconscientemente, o *antiethos* para o próprio sujeito político enunciante, construindo uma imagem negativa do candidato.

### **O medo na disputa eleitoral de 2014**

O corpus deste artigo – sequências discursivas – se delimita a prática discursiva dos dois candidatos que disputaram o segundo turno da eleição à Presidência da República do Brasil em 2014: Aécio Neves e Dilma Rousseff, publicados em veículos de comunicação (impressos e/ou eletrônicos) relevantes no contexto social brasileiro.

Durante a campanha eleitoral de 2014, o PSDB e seu candidato Aécio Neves atacam as boas relações do Brasil com o governo cubano, fazendo ressurgir o fantasma do comunismo na tentativa de tirar votos da adversária: Dilma Rousseff (PT). Para tanto, o partido publicou na sua página no Facebook uma animação de um minuto e dezoito segundos, intitulada “Os

Monstros da Dilma”. Na animação, figuram personagens criados pelo PSDB em alusão ao que o partido considerava “problemas do governo petista”. Ao lado da “Fantasmagórica Corrupção” e do “Jurássico PAC” aparece o personagem “Godzilla Cubano”, uma figura pré-histórica exibindo uma bandana com a bandeira cubana. Com isso estimularam o medo do comunismo, aproveitando uma discussão comum nos debates do submundo da internet, e fizeram surgir inúmeras teorias conspiratórias, como as de que os médicos cubanos – contratados pelo Programa Mais Médicos – seriam guerrilheiros que viriam ao Brasil perpetrar um golpe comunista. O *antiethos* produzido contra Dilma propaga o medo do comunismo, combatido de longa data por forças conservadoras e de direita no Brasil.

Temendo a derrota, após sucessivas quedas nos índices de intenção de voto, os responsáveis pela campanha do Partido dos Trabalhadores adotaram o discurso do medo como estratégia. A presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff foi apresentada como única garantia de que as “conquistas do povo” não serão tiradas. Simultaneamente, assume um discurso do medo, insinuando que os adversários, se chegarem ao poder, eliminariam os benefícios conquistados com os governos petistas: Bolsa-família, PROUNI, Mais-médicos. Essas mensagens foram inseridas no programa partidário e anúncios publicitários da campanha eleitoral, e de forma indireta, nos discursos da candidata Dilma. Neste caso, o *antiethos* atribuído aos seus adversários propaga, principalmente, o medo da perda de benefícios e conquistas sociais adquiridos durante os governos petistas.

### **Espetacularização da política**

Para pensador francês Guy Debord, “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (2004, p. 14). De acordo com Debord, no plano das técnicas, a imagem

“construída” pode se tornar a principal ligação do indivíduo com o mundo real, que ele vivenciava por si mesmo, interagindo com as situações que defrontava em qualquer lugar que pudesse ir. Na sociedade espetacular não há mais espaço para vivermos nossas próprias experiências, são os modelos que vivem em nosso lugar: “tudo o que era vivido diretamente torna-se uma representação” (2004, p. 13).

A dinâmica eleitoral brasileira favorece o estabelecimento de um debate político esvaziado de conteúdo e espetacularizado na forma. Durante as campanhas eleitorais, principalmente para cargos majoritários, os candidatos lançam acusações – sem compromisso com a comprovação – contra seus adversários, repercutindo na mídia toda sorte de agressão. Não raro, como no caso analisado, a própria mídia propaga sua “opinião”, revelando um discurso agressivo e utilizando padrões de manipulação com apropriações do discurso do medo. Essa multiplicidade de vozes, acirramento de interesses nem sempre claros ao eleitor, e utilização de imagens que estimulam as “paixões” humanas contribuem para a despolitização da disputa eleitoral.

## **Conclusão**

Os estímulos de medo propagados durante as campanhas eleitorais trabalham com a dimensão instintiva dos eleitores, limitando o espaço para reflexão. Em contrapartida, as apropriações do discurso do medo, espetacularizadas no discurso dos candidatos, aprofundam o processo de manipulação do indivíduo e fragilizando da noção de política.

Numa democracia, as eleições significam um ritual periódico de lembrança da delegação de soberania em troca de segurança. Porém, num contexto de alienação cívica, em que o espaço público se esvazia e o discurso do medo se expande, a capacidade da sociedade de determinar o bem público, mobilizando-se para tal, se atrofia espetacularizando a política.

Conclui-se que, no atual contexto político-eleitoral brasileiro o discurso do medo é utilizado de maneira generalizada pelos candidatos e partidos, independentemente do posicionamento ideológico. Verifica-se que, mesmo os chamados “partidos progressistas”, identificados com ideologias mais à esquerda no espectro político brasileiro, quando no poder desenvolvem discursos conservadores, contrários à mudança.

## Referências

- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. 1ª. ed. 5ª. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MIRA Y LÓPEZ, E. *Quatro gigantes da alma*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

## Sites visitados

- Editor. (2014, outubro 22). Aécio usa “medo do comunismo” contra Dilma. *Pragmatismo Político*. Acessado em 21 de fevereiro de 2015, em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/aecio-usa-medo-comunismo-contradilma.html>
- Editor. (2014, setembro 03). Dilma quer ressuscitar o medo na campanha, afirma Marina Silva. *G1*. Acessado em 22 de fevereiro de 2015, em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/09/dilma-quer-ressuscitar-o-medo-na-campanha-afirma-marina-silva.html>
- Os monstros de Dilma. (2014). *Facebook*. Acessado em 21 de fevereiro de 2015, em: <https://www.facebook.com/Rede45/photos/a.729255300487015.1073741923.190928727653011/729582360454309/>

# ANTIPETISMO E CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES OCORRIDAS EM 2015<sup>1</sup>

Cláudio André de Souza

Faculdade Baiana de Direito/ Universidade Católica do Salvador

✉ claudioandre.cp@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho busca compreender o antipetismo enquanto um elemento presente no ciclo de protesto iniciado em junho de 2013, desembocando nas manifestações contra o governo da presidente Dilma e o PT. Analisa-se o perfil dos manifestantes e de que forma os resultados obtidos estimulam a balizar as nuances da crise política atual, assim como as fissuras estabelecidas no lulismo diante da perda de apoio político na sociedade civil e no âmbito institucional. A radicalização do antipetismo observado bastante na sociedade civil e nos protestos ocorridos em 2015 é um fator que compõe a crise política, ajudando a desgastar ainda mais o governo, gerando efeitos imediatos nos níveis de confiança política nas instituições.

**Palavras –chave:** lulismo, protestos, antipetismo.

**Abstract:** This work seeks to understand the anti-PT as an element in the protest cycle started in June 2013, ending up in the demonstrations against the government of President Dilma and PT. Analyzes the profile of the protesters and how the results stimulate mark out the nuances of the current political crisis, as well as cracking down on Lulism at the loss of political support civil society and institutional framework. The radicalization of anti-PT seen enough in civil society and in protests in 2015 is a factor that makes up the political crisis, helping to further erode the government, generating immediate effects on political trust levels in the institutions.

**Keywords:** protest, democracy, government.

Os acontecimentos recentes da política brasileira são desafiantes a todos que estão envolvidos em análises referentes ao desenho institucional, mas também dos protestos e mais recentemente dos repertórios de interação Estado-sociedade (ABBERS, 2011; TATAGIBA, 2013).

As formas de mobilização construídas no país nos últimos anos estão intrinsecamente vinculadas à ascensão do lulismo como uma forma de promover distribuição de renda e inclusão social sem confronto entre as

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão inicialmente publicada enquanto capítulo de livro “Na luta contra o PT: projetos políticos em disputa e radicalização do antipetismo nos ciclos de protesto no Brasil”. In: SOUZA, C. A.; BARREIROS NETO, J. #DemocraciaBr. O momento político atual. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2015.

classes, conforme assinala Singer (2012). As mobilizações recentes representam um jogo tensionado de disputa entre projetos políticos situados nas relações entre Estado e sociedade civil e que também se utilizam da participação como um meio de organização política (DAGNINO, 2006).

Vale ressaltar, no entanto, que as manifestações de junho de 2013 explodiram uma forte indignação com os serviços públicos e com o sistema político, de uma maneira geral, traduzindo o que José Álvaro Moisés (2013) já apontara como forte tendência no cenário brasileiro após a democratização, ou seja, o fato dos índices de baixa credibilidade institucional levarem a um claro distanciamento da política e de seu funcionamento, tratando-se, portanto, de um aspecto relacionado à cultura política.

Um dos argumentos presentes neste trabalho diz respeito à recorrente desconfiança nas instituições por parte dos cidadãos, porém, direcionada a partir de 2015 para a construção de narrativas que responsabilizam quase que exclusivamente o Partido dos Trabalhadores (PT) por erros e posições equivocadas (economia, corrupção, políticas públicas, etc.), mas que atinge, na verdade, o sistema político no qual se sustentam as instituições democráticas.

É possível falar em uma radicalização do antipetismo situada em uma dupla dimensão de análise: a) imputa-se ao partido a responsabilidade por malfeitos na política brasileira em um cenário de forte crítica ao sistema político; b) Mas, no entanto, as mobilizações contra o PT assumem um viés partidário, à medida que buscam a mobilização de segmentos conservadores alinhados à oposição partidária, que ganharam força ao longo do ano de 2015 em protestos contra a Presidente Dilma Rousseff (PT) e tendo como pano de fundo o pedido de impeachment, levando a uma queda brutal dos índices de apoio ao seu governo, conforme pesquisas realizadas pelos principais institutos de opinião.

Em suma, este trabalho tem como objetivo sustentar o argumento de que as manifestações de junho de 2013 e os protestos de 2015 contra o PT

apresentaram pontos de aproximação, além do que existe um confronto em curso entre dois projetos políticos - o projeto neoliberal e o democrático-participativo -, tendo como um dos efeitos a radicalização do antipetismo<sup>2</sup>, como parte constitutiva de um projeto político neoliberal nos termos analíticos sugeridos por Dagnino (2006) e também analisados mais recentemente por André Singer (2015), ao identificar alguns limites e equívocos do lulismo nas decisões encaminhadas no segundo governo da Presidente Dilma, aproximando-se de uma agenda avessa àqueles que foram os responsáveis pela sua reeleição. São estes que tem ajudado a derrubar a popularidade do governo diante de medidas que aceleram as fissuras do lulismo como um modo de representação política, tendo como desfecho o andamento do processo de impeachment no Senado Federal.

### **Confiança como marco das manifestações de 2015**

A confiança enquanto um instrumental analítico nos ajuda a compreender os ciclos de protestos recentes no Brasil, ou seja, a importância da desconfiança como tema central de explicação da cultura política nos estudos sobre a democracia. Moisés (2013, p. 363) confirma que

*[...] a desconfiança política é estrutural e afeta, senão todas, a grande maioria das instituições. Além disso, ela não é um fenômeno transitório, associado a uma situação específica, como denúncias de escândalos ou crises políticas. É persistente da relação entre os cidadãos brasileiros e as instituições, tal como já mostravam as pesquisas conduzidas ao longo das últimas décadas.*

A confiança interpessoal pode ser entendida enquanto processo designador de segurança de procedimento ou crença em outros com quem se interage e se convive, sendo que nas ciências sociais, “o interesse pelo conceito está associado à preocupação com os processos informais por meio

---

<sup>2</sup> A radicalização avança o ódio de classe e rejeição ao PT, como um fenômeno anteriormente observado, isto é, que não se inicia em 2003 com a vitória presidencial de Lula.

dos quais as pessoas enfrentam as incertezas e as imprevisibilidades que decorrem da crescente complexificação da vida” (MOISÉS, 2013, p. 39). O que uma parte considerável da literatura analisa sob a ótica do autor é que

*[...] as experiências dos cidadãos influem decisivamente sobre a confiança política e que elas estão associadas à vivência de regras, normas e procedimentos que decorrem do princípio de igualdade de todos perante a lei. Mostra também, no entanto, que a avaliação dos cidadãos sobre as instituições depende do aprendizado propiciado a eles pelo seu funcionamento prático. Uma vez que sejam capazes de sinalizar, de modo inequívoco, o universalismo, a imparcialidade, a justiça e a probidade de seus procedimentos, assegurando que os interesses dos cidadãos sejam efetivamente levados em conta pelo sistema político, as instituições geram apoio, solidariedade e ganham a confiança dos cidadãos. Em sentido contrário, quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas de corrupção, de fraude ou de desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera de suspeição, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; floresce, então, a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas, a exemplo da experiência recente de países da América Latina e, inclusive, do Brasil. (MOISÉS, 2013, p. 48)*

Esse tipo de explicação remete à valorização da confiança política com base nas instituições e na sua significação cultural e política, balizando em parte o sentido da ação política. Nessa direção, José Álvaro Moisés propõe a defesa da conexão analítica dos conceitos de confiança, cidadania e instituições democráticas.

É possível perceber nas pesquisas realizadas pelo autor que a maior parte dos brasileiros é capaz de definir os princípios de democracia preconizados pelos valores à liberdade e ao conjunto de procedimentos e estruturas institucionais, no entanto, o brasileiro pode ser definido como um cidadão crítico, conforme definição mais ampla de Pippa Norris (1999). O significado disto é o que Moisés<sup>3</sup> exemplifica referindo-se à avaliação dos partidos políticos no Brasil:

---

<sup>3</sup> *op. cit.*

*[...] ao mesmo tempo em que os partidos são reconhecidos como indispensáveis à democracia, o seu desempenho concreto é severamente avaliado, como exemplifica a atitude de desconfiança dos cidadãos; no entanto, mais que querer eliminá-los, a maioria dos cidadãos parece estar dizendo que deseja que eles funcionem efetivamente como mecanismos de representação. A percepção razoavelmente sofisticada dos cidadãos brasileiros sobre a democracia pode servir de base para iniciativas de pressão sobre o sistema político, no sentido de reforma das instituições de representação. Por último, a preocupação com a corrupção também mostra que existe uma demanda sobre o desempenho das instituições encarregadas da responsabilização de políticos e governos. Para um país cuja experiência democrática é relativamente recente, esses sinais não são de pouca importância. (p. 86)*

A desconfiança nas instituições configura intensamente o quadro político impulsionador das manifestações de junho de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas pela primeira vez apresentando uma grande reprovação aos políticos e às instituições políticas. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha no ato do dia 18/06 em São Paulo, 84% dos participantes não tinham preferência partidária e 40% foram protestar contra a corrupção e 24% contra os políticos<sup>4</sup>. Há entre os cidadãos comuns uma forte menção à corrupção como algo que determina significativamente a capacidade de eficácia das políticas públicas.

Segundo as considerações de Romão (2013), as manifestações levaram a uma tentativa de resposta por parte do governo federal, sendo que este não foi capaz de conduzir um debate mais fecundo com a sociedade civil, derrubando os índices de aprovação do governo. Entre abril de 2012 e março de 2013 a aprovação do governo Dilma oscilava entre os 62 e 65 pontos percentuais (Datafolha), sendo em novembro de 2013 de 36%.

Concordamos com Tatagiba (2014) quando aponta que há um ciclo em aberto após as manifestações de junho, que levaram à cabo um contraditório e multifacetado “desejo de mudança”, já sendo possível enxergar uma disputa entre projetos políticos distintos. Para a autora,

---

<sup>4</sup> Mais detalhes no link: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>> Acesso em 09/out. 2015

*[...] as características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças, na qual os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos. (p. 58)*

Essa afirmação põe junho de 2013 “em disputa”, sendo que os atos atraíram grupos sociais alinhados a distintos projetos políticos. De algum modo, os repertórios de mobilizações que se sucederam nos anos seguintes apontam para uma tensão ainda em curso, mas de afastamento do projeto político democrático-participativo, conforme o quadro analítico sugerido por Dagnino (2002).

O conceito de projeto político se baseia numa visão gramsciana importante para analisar a sociedade civil, sendo definido enquanto um “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2002, p. 282).

Olhando para as manifestações de 2015, vê-se que a grande novidade do momento político atual, portanto, além da rearticulação do projeto neoliberal, é a ocupação das ruas como uma forma de ação coletiva, sendo que a sucessão de mobilizações após junho de 2013 reforçou uma guinada conservadora impulsionada pelo antipetismo<sup>5</sup>.

É difícil definir o tempo na política, mas os desdobramentos da polarização política e a ascensão da direita têm como um dos fatores a inabilidade do lulismo em responder às insatisfações reverberadas pelas ruas em 2013 e que se voltaram contra a copa do mundo como uma oportunidade política (TARROW, 2009) para denunciar as desigualdades no país diante da

---

<sup>5</sup> O Movimento Brasil Livre (MBL) é um dos grupos articuladores dos protestos realizados contra o PT no ano de 2015, sendo emblemático observar nos documentos, vídeos e site como eles se reconhecem como defensores de um Estado mínimo, aliando-se, em grande medida, ao receituário neoliberal, mas que utilizam como um dos slogans, “Brasil livre é Brasil sem PT”.

construção de uma infraestrutura cara e complexa com o intuito de sediar um evento organizado para fins privados (ver foto abaixo) <sup>6</sup>.



Figura 1 - manifestação de junho de 2013 em São Paulo.

### Antipetismo e as manifestações “Fora PT”

O sentimento de mudança que tem pairado na sociedade brasileira mantém uma relação intrínseca com os resultados negativos de confiança nas instituições há certo tempo, no entanto, os escândalos de corrupção cobertos pela grande imprensa e a forma pela qual a oposição arregimentou apoio nas eleições de 2014 revelam o peso do antipetismo como impulsionador das mobilizações em curso a partir de 2015. Ou seja, a percepção para grande parte dos cidadãos comuns é que a performance das nossas instituições resume-se de imediato na ineficácia em amplo sentido de um partido político no governo.

A sustentação desse antipetismo e a sua respectiva força social e política não ocorreria sem se apresentar como um projeto político em termos gramscianos, ou seja, de grande penetração e legitimidade na sociedade civil, um espaço marcado por distintos projetos e interesses. A crise vivida pelo PT a partir das manifestações de junho de 2013 perpassa justamente pela dimensão daqueles espaços públicos que originaram o partido como uma

<sup>6</sup> Imagem disponível no link: <<http://www.revistaforum.com.br/cinegnose/2015/06/03/diga-com-o-que-fazes-metaforas-e-direi-quem-es-padroao-fifa-cbf-e-os-slogans-das-manifestacoes/>> Acesso em 15/mar. 2016

agregação extra-parlamentar e de representação dos movimentos sociais. Dagnino (2006) alerta para o fato de não existir homogeneidade na sociedade civil. A partir do momento em que o partido deixa de enfatizar alguns repertórios de ação “de rua” por meio da ação de movimentos sociais ambientados nos “gabinetes” e nos acordos firmados no interior dos partidos, promove-se um afastamento de um locus privilegiado da batalha política.

Embora, o antipetismo seja um fenômeno presente desde a fundação do PT na década de 80, ele foi impulsionado pelo cenário eleitoral de 2014, radicalizando-se no ambiente institucional e de mobilização da sociedade civil no ano de 2015. A radicalização do antipetismo possui dois aspectos: ele se refere ao ódio de classe<sup>7</sup>, ecoando um posicionamento ideológico afastado claramente de pautas relacionadas a valores como justiça, igualdade e inclusão social, assim como a mobilização das oposições partidárias e de segmentos da sociedade civil que se sustentam no argumento de inviabilidade institucional (crise) do governo petista.

Nessa direção, Helcimara Telles (2015, p. 19) analisa os manifestantes que tem ido às ruas em 2015:

*[...] a principal particularidade deste grupo de manifestantes analisados é, além da crítica aos casos de corrupção, o profundo sentimento contrário ao PT, aos seus líderes e às agendas de inclusão social. O que mudou entre 2010 e 2014? Por que apenas presentemente o tema de corrupção passa a alterar as atitudes dos eleitores, a ser associada como um atributo natural do petismo, e a organizar as ruas? Em primeiro lugar, a explicação para os protestos pela saída da presidente e o antipetismo não decorrem somente da cobertura que a mídia faz de casos de corrupção que envolvem o PT. De fato, há parcelas do antipetismo que podem ser explicados como uma reação da opinião pública aos casos de corrupção dos quadros do PT, amplamente divulgados pela mídia. Mas, tal sentimento contrário ao PT não tem sua origem simplesmente na narrativa feita pela mídia sobre os casos de atos ilícitos praticados por este partido (...) o antipetismo e o antipartidarismo – encontrados entre os manifestantes – não procedem simplesmente de uma reação à corrupção. Eles são do mesmo modo provenientes da divergência dos participantes dos protestos*

---

<sup>7</sup> Esta análise pode ser conferida na entrevista concedida por Luiz Carlos Bresser-Pereira à Folha de São Paulo em 01/03/2015. Confira a entrevista no link:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596370-ricos-nutrem-odio-ao-pt-diz-ex-ministro.shtml>>  
Acesso em 11/out. 2015

*com os projetos das políticas de redistribuição de investimentos aos grupos mais pobres.*

Tanto a autora como Renato Janine Ribeiro (2014), ao analisarem o impacto da discordância dos manifestantes de 2013 e 2015 com relação às políticas de inclusão social, poderiam resgatar no plano analítico o conceito de lulismo (SINGER, 2012), que favorece o entendimento não somente do papel do realinhamento eleitoral ocorrido na eleição presidencial de 2006, mas o peso destas políticas ao buscar estabelecer uma agenda de representação dos mais pobres, mas sem confrontar o *status quo*.

Nesse sentido, o antipetismo ambientado na sociedade civil repercute desde 2015 a “canalização” da pouca confiança nas instituições por parte dos cidadãos em direção à presença do PT no poder. Em linhas gerais, os manifestantes de 2013 e 2015 souberam conduzir as críticas a um sistema político como um processo de responsabilização na prática de um só partido. Isso explica o mote dos protestos em algumas capitais, com cartazes, falas em trios e faixas “na luta contra o PT”.

O perfil dos protestos de 2015 nos leva a considerar que existe uma conexão com as narrativas das manifestações de junho de 2013 (melhoria dos gastos públicos, combate à corrupção, entre outros), mas expandem-se, na verdade, mobilizando grande parcela de eleitores que sempre estiveram mais distantes do apoio eleitoral ao PT, principalmente após a ascensão do lulismo em 2006 pela via do fenômeno de realinhamento eleitoral (SINGER, 2012).

Segundo os dados do Datafolha sobre o perfil dos manifestantes que foram às ruas no primeiro protesto do ano (15/mar.), 82% votaram em Aécio Neves nas eleições passadas, 37% tinham preferência partidária pelo PSDB, 37% são assalariados registrados, 74% foram a uma manifestação pela primeira vez e 76% dos entrevistados possuíam o ensino superior.

O perfil dos manifestantes que foram às ruas nesse mesmo dia na cidade de Porto Alegre (RS) em pouco difere da parcela da população que se

mobilizou na capital paulista. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Index, 76% disseram ter votado no candidato Aécio Neves, 87,2% se disseram brancos, 40,5% declararam renda acima de dez salários mínimos e 44% disseram estar decepcionados com o PT e 56,8% afirmaram estar decepcionados com os políticos como um todo. Quando perguntados o que levaram eles às ruas, 43,8% afirmaram estar indignados com a corrupção.

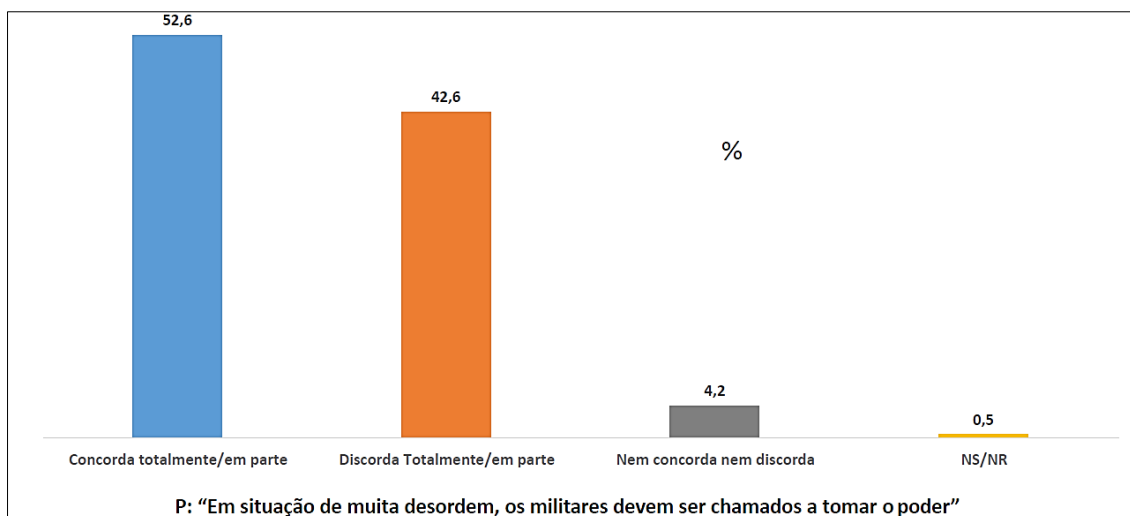
Em pesquisas realizadas ao longo do ano de 2015 pelo Grupo de Pesquisa Opinião Pública (UFMG) percebe-se que o perfil ideológico dos manifestantes de Belo Horizonte aproxima-se do projeto político neoliberal. Estes são, portanto, eleitores da oposição e que defendem na sociedade civil um projeto político antagônico ao PT.

Esse cenário também é muito semelhante aos resultados obtidos em Salvador (BA) <sup>8</sup>, traçando o perfil dos participantes do protesto do dia 16 de Agosto, que apresentaram fortes críticas ao PT, embora uma parcela inferior tenha já votado no PT em alguma eleição. Conforme o Gráfico 1, a pesquisa entre os soteropolitanos que compareceram à manifestação em agosto de 2015 apontou um apoio de 52,6% a uma possível intervenção militar em caso de desordem. O Gráfico 2 apresenta o sentimento conformado nos manifestantes com relação à presidente Dilma e o PT. A grande maioria apresenta um sentimento muito forte de negação do PT e, por conseguinte, do governo Dilma. Claro que em um contexto de presidencialismo de coalizão a crise política perpassa pela desconstrução da figura do líder político, que significa colocar a presidente como um alvo do antipetismo.

---

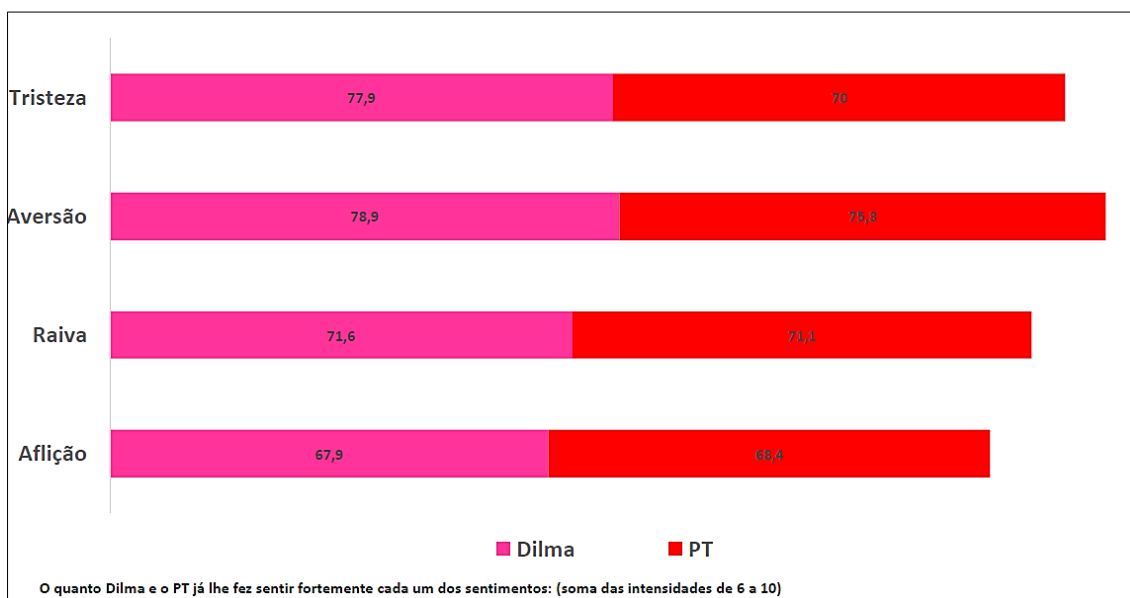
<sup>8</sup> Pesquisa realizada pelos Professores Cláudio André de Souza (UCSAL) e Leonardo Fernandes Nascimento (UFBA) em parceria com o Grupo Opinião Pública (UFMG). Os resultados da pesquisa estão disponíveis no link: <<https://drive.google.com/file/d/0B9bLXWZjaF0oc093NWg0dk9UUTQ/view>> Acesso em 11/out. 2015

**Gráfico 1 – Apoio à intervenção militar em caso de muita desordem, Salvador – 2015.**



Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 2 – Sentimentos que Dilma e o PT fizeram sentir, Salvador – 2015.**



Fonte: elaboração do autor.

A radicalização do antipetismo soma-se à crise de representação vivida em outro patamar entre os eleitores lulistas, que ao longo do ano de 2015 e 2016 têm reprovado o governo, independente do porte do município, escolaridade, renda, região e preferência partidária.

A erosão do apoio ao lulismo se condensa na baixa capacidade de diálogo dos governos Dilma com a sociedade civil e às ações desastradas na economia. Soma-se a isso, o peso dos escândalos de corrupção no país como um malfeito “estruturalmente” petista, depositando sobre o partido o legado de décadas de desconfiança nas instituições que tem sido observado na cultura política dos brasileiros.

Em artigo publicado recentemente visando um balanço dos governos Dilma e do lulismo, de uma maneira geral, como um fenômeno atual da política brasileira, André Singer (2015) analisa o recuo do desenvolvimentismo durante os governos Dilma, protagonizando o pano de fundo de uma séria crise do lulismo, o que ainda não se incorporou ao debate público de agendas por parte da sociedade civil, mas que tem como reflexo da disputa a radicalização do antipetismo posta em curso a partir das eleições de 2014.

A crise “estrutural” do lulismo tem como um dos efeitos a continuidade dos ciclos de protestos a partir de 2013, mobilizando e levando às ruas uma nova direita que tem se apoiado na estratégia da participação da sociedade e de intensa “militância digital” nas redes (TELLES, 2015b).

Essa nova direita pode potencializar o confronto com o lulismo em algumas pautas, todavia, a crise do lulismo reside no âmago do projeto democrático-participativo, pois deriva não somente da mudança dos repertórios de mobilização dos movimentos sociais, que, no intuito de evitar o enfrentamento à arbitragem de interesses sustentada pelo lulismo, tem recuado dos conflitos mais amplos que envolvem as agendas do governo federal, mas também assistem ao desmonte da inclusão social enquanto uma orientação do governo por meio da defesa do desenvolvimentismo. Nas palavras de Singer (2015, p. 66-7), a crise do lulismo refere-se aos seguintes aspectos:

*[...] um Estado capaz de comandar a atividade econômica é de alto interesse para a fração organizada da classe trabalhadora, assim como para as camadas populares em geral e também, em um primeiro momento, para a burguesia*

*industrial. A intervenção do Estado abre avenida para a industrialização, o pleno emprego, o aumento dos salários e a inclusão do subproletariado. Só que, logo depois, quando o Estado passa a ter o poder de comando sobre a economia, os industriais recuam. Em ponto pequeno, o ensaio desenvolvimentista de Dilma teria, assim, seguido as pegadas da década de 1960. Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “contra seus próprios interesses” (Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. Tal como em 1964, as camadas populares não foram mobilizadas para defender o governo quando a burguesia o abandonou. Mais uma vez o mecanismo burguês pendular ficou sem contrapartida dos trabalhadores. A duplicidade recorrente da camada que responde pela vida fabril brasileira faz recordar, por outro lado, que o ensaio desenvolvimentista não foi só voluntarismo. Houve, no início, efetiva pressão burguesa em favor de programa reindustrializante. Mas, ao não lembrar a lição de que o avanço estatal seria sucedido de inevitável recuo, o plano desabou. Em suma, ao cutucar onças, a presidente deveria ter considerado os instrumentos que teria à mão para reagir quando viesse o bote do contra-ataque. Sem planejamento político, o ensaio desenvolvimentista abriu um vácuo sob os próprios pés e acabou por provocar a mais séria crise do lulismo quando a reação burguesa unificada em favor do retorno neoliberal tornou-se incontestável. Até por não haver, na sociedade, quem enxergasse a necessidade de contrastá-la.*

## Conclusões

Sendo o lulismo a política implementada pelo ex-presidente que atraiu o apoio dos mais pobres ao PT sem entrar em atrito com os mais ricos<sup>9</sup>, é possível compreender que a atual crise do governo atravessou o ano de 2015 como um entrecruzamento de elementos conjunturais e estruturais, tratando-se de questões imanentes à governabilidade e da necessidade de realizar reformas no modelo de funcionamento do Estado (ABRÚCIO; TEIXEIRA, 2015).

Um dos pontos em destaque na argumentação aqui exposta se refere a uma crise de representação política do PT<sup>10</sup>, que está no âmago da delicada

<sup>9</sup> Cf. entrevista recente de André Singer onde avalia o momento político atual: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/10/politica/1444431979\\_853273.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/10/politica/1444431979_853273.html)> Acesso 11/out. 2015

<sup>10</sup> Cabe à ciência política se debruçar diante da fragilidade na definição do que é estelionato eleitoral como forma de interpretação do momento político atual. Tomo como ponto de partida compreender que o PT vive

operação de contemplação de projetos políticos contrários no âmbito do governo, especialmente, nas movimentações iniciadas no segundo mandato da Presidente Dilma, quando, somada à erosão de apoio da base lulista, o governo promoveu reorientações macroeconômicas afastando-se de medidas favoráveis aos interesses dos mais pobres.

A aproximação entre as manifestações de junho de 2013 e os protestos de 2015 reside na forte crítica ao sistema político avaliado através da forte desconfiança às instituições, no entanto, há uma disputa em curso no seio das mobilizações: a radicalização do antipetismo impede a consecução de um movimento mais ampliado capaz de conduzir como pauta uma refundação democrática enquanto janela de oportunidade da crise instaurada. O que tem se desenrolado nos meses iniciais de 2016 refere-se ao processo de mobilização da sociedade civil contra o governo Dilma, mas sem enxergar as consequências do impeachment (pelas “pedaladas fiscais”) ao levar ao poder o PMDB que se encontra em uma pior situação ao ter os seus principais dirigentes envolvidos na Operação Lava Jato.

Os protestos de 2015 consolidam na conjuntura atual a crise do lulismo e o consequente avanço do projeto político neoliberal<sup>11</sup> nos termos analisados por Evelina Dagnino. Uma novidade marcante é o fato de a direita utilizar um repertório de ação comum aos movimentos sociais orientados ideologicamente pela esquerda nas últimas décadas, o que atesta o sentido de radicalização do antipetismo. Outro indicador que pode surgir no cenário eleitoral de 2016 é o possível caráter plebiscitário das candidaturas antipetistas nas grandes e médias cidades, levando à “nacionalização” das eleições locais. Com a conjuntura atual marcada pela possibilidade de impeachment as estratégias dos partidos serão fortemente pautadas pelos desdobramentos conformados na Praça dos Três Poderes.

---

uma crise de representação política, semelhante aos cenários vividos pelas democracias desenvolvidas que viveram forte rejeição das instituições nas décadas finais do século XX.

<sup>11</sup> Vale a leitura do manifesto do PMDB que parece inspirar alguns passos a serem dados caso o vice-presidente Michel Temer ocupe o lugar da presidente Dilma Rousseff. Disponível no link:

O lulismo até aqui representou grandes acordos que impulsionaram parcialmente a inclusão social, já que o sistema político não permite aventuras fora das coalizões dependentes da fragmentação partidária. Os governos petistas pouco enfrentaram um amplo debate público em torno de reformas estruturantes, mas, sem dúvida, formularam políticas públicas que dificilmente sairão de cena nas próximas eleições.

A crise política possui três aspectos passíveis de debate: num primeiro plano, a crise se iniciou quando após reeleito o governo pouco quis dialogar com a sociedade civil, se esquivando, inclusive, de responder com autocrítica sobre os diversos erros hoje atribuídos como se fossem exclusivos ao partido. Valeria nesse período retrucar a forte crítica do PSDB a uma falta de legitimidade do segundo governo da presidente Dilma. Outro equívoco: promoveu-se uma montagem ministerial baseada somente no cálculo partidário de governabilidade com a nomeação de quadros esdrúxulos no primeiro escalão com pouco ou nenhum prestígio no mundo real. Os ministros necessitam sociologicamente de um papel forte de liderança na sociedade civil e nas estruturas burocráticas no âmbito governamental. A esperança desenhada na polarização das eleições de 2014 deu lugar a “fantasmas” ministeriais que nem conseguiu dirigir a burocracia, nem as bancadas parlamentares as quais estavam designados a ocupar os cargos e nem muito menos de representação política junto à sociedade.

No segundo plano, a oposição demonstrou se comportar como se estivesse em um terceiro turno sem refletir sobre os verdadeiros desafios do país. É ingênuo afirmar que “pedalada fiscal” ou “caixa dois” são males petistas ou federais, o que nos leva a crer que o impeachment só resolve os interesses imediatos dos que querem chegar (logo) ao poder. O maior legado da oposição tem sido capitanear a radicalização do antipetismo, que lembra os discursos do “velho PT”, que se intitulava como o único partido ético existente.

Por fim, os próximos governos conviverão com ciclos de protestos. Em junho de 2013 milhares de jovens foram às ruas criticar os serviços públicos e cobrar mudanças na política. Em 2015, um contingente significativo de pessoas foram mobilizadas contra o governo do PT por canalizarem no partido uma desconfiança generalizada às instituições democráticas, conquanto, a representação política dos mais pobres tem ficado a cargo do lulismo, havendo uma incapacidade da oposição em defender os interesses mais vinculados aos trabalhadores, algo que ficou explícito nas eleições de 2014. Os movimentos sociais vinculados com a esquerda parecem iniciar a partir de 2015 um novo ciclo de mobilizações que dependerá do desfecho final do impeachment. Tal ciclo sugere voltar-se a começar um novo tempo capaz de superar o lulismo como forma de conciliação de interesses.

Além da novidade de que direita e esquerda encontram na participação das ruas uma forma de fazer política, os brasileiros estão mais atentos à política. Apesar do impeachment, quais serão os sinais visíveis de amadurecimento da democracia nessa crise que atravessa o país?

## Referências

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, v.13, n.28, p.52-84, dez.2011.  
Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 06 out. 2015.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v.57, n.2, p.325-357, jun.2014.
- ABRUCIO, F.; TEIXEIRA, Marco A. C. Combinação de duas crises aumenta a incerteza atual. *Revista G/Executivo*, São Paulo, v.14, n.2, jul-dez, 2015.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. et ali. (org.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DOSSIÊ  
CLÁUDIO ANDRÉ DE SOUZA  
ANTIPETISMO E CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES  
OCORRIDAS EM 2015

- NORRIS, P. *Critical Citizens*: Global Support for democratic government. Nova Jersey, Oxford, University Press, 1999.
- RIBEIRO, R. Janine. Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe). *Revista Interesse Nacional*, abr-jun. 2014. Disponível em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/eleicoes-2014-a-quartaagenda-da-democracia-brasileira-ou-o-que-2013-trouxe/> Acesso em 07 de set./2015.
- ROMÃO, Wagner. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v.1, n.2, 2013.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n.97, p.23-40, nov.2013.
- Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 06 out. 2015.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Revista Política e Sociedade*. v.13, n.28, 2014.
- TELLES, H. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional? *Revista Interesse Nacional*, São Paulo, Ano 8, n.30, jul-set.2015.
- \_\_\_\_\_. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional. *Revista GVExecutivo*, São Paulo, v.14, n.2, jul-dez.2015b.

## O RETORNO DA REFORMA POLÍTICA À AGENDA PÚBLICA DURANTE O GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2015)

Merilyn Escobar de Oliveira  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
✉ merilynescobar@uol.com.br

**Resumo:** O tema da reforma política, pauta do governo Dilma Rousseff (PT), ganhou destaque na cobertura jornalística e também audiência do público. O ensaio aborda pontos da minirreforma eleitoral (Lei nº 12.891/2013) e a assinatura do pacote de medidas anticorrupção em 2015, elaborado como resposta à crise política e à pressão de grupos insatisfeitos com o governo petista.

**Palavras-chave:** Reforma Política; Sistema político brasileiro; Opinião Pública.

**Abstract:** The issue of political reform, government staff Dilma Rousseff (PT), was highlighted in the media coverage and also court hearing the public. The test addresses issues of electoral reform (Law No. 12,891 / 2013) and the signing of the package of anti-corruption measures in 2015, prepared in response to the political crisis and pressure groups dissatisfied with the PT government.

**Keywords:** Political Reform, Brazilian political system, Public Opinion.

### O retorno da reforma política à agenda pública

A reforma política não é um tema recente nas discussões públicas, ganhou destaque nos meios de comunicação e o espaço na agenda política após a Constituição de 1988, junto ao reestabelecimento da democracia, das eleições regulares para a escolha de representantes, no âmbito de um sistema representativo, multipartidário, pluralista e da participação cidadã. O tema adquiriu relevância quando a presidente Dilma Rousseff propôs um plebiscito e uma constituinte exclusiva para a reforma política, em resposta aos protestos de junho de 2013. As manifestações que eclodiram nos meses de junho e julho de 2013, se espalharam pelo país e ganharam adesão de milhares de

pessoas<sup>1</sup>. O clima de insatisfação em relação aos políticos, às instituições e ao sistema de representação, se instalou apontando para algumas questões relacionadas ao combate à corrupção, à transparência nas contas públicas, e à participação social e cidadania.

O cenário de mal-estar na democracia ganhou assim as manchetes dos jornais, revistas, portais da internet e também teve ampla disseminação entre os cidadãos brasileiros que, preocupados com o rumo do país, apostaram no tema da reforma política como o grande projeto a ser debatido e realizado, visando o melhoramento das instituições brasileiras, sobretudo no tocante à corrupção. No dia 24 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff divulgou, em discurso pela televisão aberta, uma agenda<sup>2</sup> de longo prazo, e dentre as propostas estavam a reforma política ampla e de apoio popular, a partir da convocação de um plebiscito que autorizasse um “processo constituinte específico” para esse fim. A consulta aos cidadãos versaria sobre cinco temas: financiamento de campanhas, sistema eleitoral, suplência de senadores, coligações partidárias e voto secreto. Em setembro e outubro de 2013, a ideia recebeu o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento do Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), pastorais e ONGs, dos partidos como o PT, PCdoB, e alguns membros do PSOL. Nesse processo, 7,4 milhões de brasileiros

---

<sup>1</sup> O Movimento Passe Livre (MPL), que convocou as primeiras manifestações, colocou em debate a questão da mobilidade urbana e da tarifa zero, isto é, do transporte público e gratuito. O movimento liderado por jovens não discutiu apenas a redução das tarifas do transporte coletivo, mas trouxe consigo diversos temas presentes na agenda política, como o combate à corrupção, a melhoria das condições de vida, do acesso aos serviços públicos como saúde e educação.

<sup>2</sup> Dentre os pontos desta agenda estavam: o estatuto da juventude, visando a inclusão dos jovens e garantindo sua representatividade; marco civil da internet, garantindo direitos permanentes ao usuário da internet, protegendo-o dos interesses das grandes corporações; lei dos royalties do pré-sal a ser utilizado nas áreas da educação e saúde, criando um fundo estratégico de financiamento; plano nacional de educação, viabilizado pela lei do pré-sal, política nacional de participação social, que reconhece as formas de participação nas redes digitais, tendo em vista a participação democrática; marco regulatório das organizações da sociedade civil, que garante o controle dos recursos públicos e amplia as políticas públicas por meio das organizações sociais; programa mais médicos, que mudou a atuação do sistema público de saúde, ampliando o atendimento aos usuários; fortalecimento de obras de mobilidade urbana no PAC2, dialogando com o motivo que levou os jovens às ruas em 2013; e por fim, o apoio à reforma política, cuja proposta enviada ao Congresso Nacional, no entanto, não avançou.

manifestaram-se positivamente ao responder a seguinte questão: “você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político”?

Apesar do caráter apenas consultivo, o objetivo da mobilização estava em demonstrar o anseio da população por mudanças no sistema político e pressionar o poder público a convocar um plebiscito nacional sobre a reforma. A proposta foi enviada ao Congresso Nacional e o projeto foi engavetado mesmo com a aprovação da base aliada do governo.

### **A Minirreforma Eleitoral**

Neste cenário de discussões sobre o sistema político brasileiro, a presidente Dilma Rousseff divulgou o a minirreforma eleitoral (Lei nº 12.891/2013) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em setembro de 2013, sendo este documento, o consenso obtido ainda naquele ano entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A proposta teve o objetivo de diminuir o custo financeiro das campanhas eleitorais e corrigir falhas nas normas vigentes. Apesar de não conter mudanças significativas, o texto tratava do veto à divulgação de candidaturas em outdoors e à limitação no formato da campanha, abordava a participação dos candidatos na internet e nas redes sociais, e reafirmava a proibição da propaganda eleitoral antecipada em rádio e TV por políticos quanto à publicidade de seus atos ou ofender adversários. Versava ainda sobre o prazo para a filiação ao partido político; à obrigatoriedade de publicação da ata da convenção; determinava novo prazo para substituição de candidatos; estabelecia a proibição de realização de enquetes durante o período de campanha; e mais, estabelecia limites para gastos de campanha com alimentação de pessoal, além de aluguel de veículos e contratação de cabos eleitorais. Outros temas também foram tratados, como o pagamento da multa eleitoral e a prestação de contas; da mesma forma, fixando novo critério para distribuição do tempo de rádio e televisão (Lei n.º 12.875/2013). Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

decidiu (25/06/2014) que a lei da minirreforma eleitoral no país não valeria para as eleições de outubro daquele ano, por ter sido aprovada em dezembro de 2013, ou seja, não atendia ao princípio da anualidade, que determina que mudanças na legislação eleitoral não possam ocorrer menos de um ano antes da data de realização das eleições de outubro. Por outro lado, pontos estruturantes da reforma política foram deixados de lado, como o financiamento público de campanha, o voto em listas fechadas, o fim das coligações em eleições proporcionais e fidelidade partidária.

### **Crise Política: as manifestações de rua em 2015 e o Pacote de Medidas Anticorrupção**

A construção da opinião pública sobre os rumos do país pautou as notícias nas eleições e no ano seguinte. Em virtude da difícil e acirrada disputa eleitoral de outubro, Dilma Rousseff foi reeleita presidente com 51,6% dos votos válidos. Tendo em vista o equilíbrio das contas do governo e a sobrevivência diante da crise econômica instaurada, no início de sua nova gestão no ano de 2015, o governo federal decidiu anunciar o pacote de ajuste fiscal que alterava as regras de benefícios previdenciários, sobretudo no tocante ao seguro desemprego e abono salarial. Em meio a esse cenário econômico desfavorável, o escândalo político, que envolvia maior empresa estatal do país, a Petrobras, num amplo esquema de irregularidades e pagamento de propina, comprometia a confiabilidade em políticos e partidos pertencentes à base aliada do governo.

Os protestos que resultaram em grandes mobilizações de rua no dia 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, foram convocados pela internet e redes sociais, por grupos opositores conservadores (Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil e Revoltados Online), que tinham como objetivo a crítica ao Partido dos Trabalhadores, apoio ao

*impeachment* da presidente Dilma Rousseff e o combate à corrupção<sup>3</sup>. Cabe destacar que, embora se declarassem apartidários, tais movimentos obtiveram apoio de partidos e lideranças de legendas como o PSDB, DEM, PPS. Os índices de rejeição ao governo aumentaram juntamente à insatisfação com as questões políticas e a crise econômica que começava a mostrar seus efeitos na população<sup>4</sup>. Diversos foram os temas propalados pelos veículos de comunicação e pelos manifestantes, dentre eles estavam o combate à corrupção, por meio de uma reforma política.

No dia 18 de março de 2015, a presidente, como nova resposta às demandas oriundas das manifestações contra seu governo, anunciou o lançamento do pacote anticorrupção. O conjunto de medidas incluía: a criação de uma secretaria de controle sobre as empresas estatais, subordinadas à CGU (Controladoria Geral da União), que cuidaria da avaliação dos contratos públicos, a criminalização do chamado “caixa dois”, o confisco de bens adquiridos de forma ilegal, a exigência de ficha limpa para os ocupantes de cargos públicos, a tipificação, como crime, do enriquecimento ilícito de agentes públicos, a sugestão da criação de varas especiais para o julgamento de desvio de recursos públicos, além de regulamentar a Lei Anticorrupção em vigor desde 2013.

Assim, a partir das manifestações de rua de 2013 e de 2015, a reforma política ganhou espaço na agenda pública dos cidadãos, dos políticos e também das mídias nas duas gestões de Rousseff. A demanda pela

---

<sup>3</sup> Segundo pesquisa do Instituto Datafolha divulgada no dia 17 de março de 2015, 47% das pessoas que compareceram à Avenida Paulista, em São Paulo, tinham como motivação o combate à corrupção. Estima-se que aproximadamente um pouco mais de 150 mil pessoas estiveram presentes na manifestação. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-a-corrupcao.shtml>. Último acesso em novembro de 2015.

<sup>4</sup> Como reação e forma de expressar seu descontentamento, alguns grupos, simpáticos a este novo movimento das ruas, a cada novo pronunciamento televisivo da presidente, promoviam o chamado “panelaço”, como alternativa de protesto contrário ao discurso proferido por Dilma Rousseff, no intuito, de “calar” a tentativa de diálogo do governo com o cidadão brasileiro.

modificação das regras eleitorais fez com que algumas legendas encaminhassem suas propostas para a comissão especial que analisa as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara dos Deputados. Propostas como a implementação do parlamentarismo, o fim da reeleição, o financiamento público de campanhas, o voto distrital, a coincidência das eleições e o mandato de cinco anos para o executivo; foram sendo expostas por lideranças e se tornaram defesas partidárias. Neste quadro, o PPS (Partido Popular Socialista) defende a mudança para o sistema parlamentarista, após o fim do atual governo. Quanto ao financiamento de campanha, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) apoia o financiamento público de campanha, como forma de prevenção da corrupção. O financiamento misto (público e privado) é mais consensual entre os partidos como o PPS, PSDB, DEM e PSB. Quanto ao sistema de votos, o PSDB e o DEM defendem o sistema distrital misto, como é o modelo alemão. Neste sistema, parte do legislativo seria eleita pelos votados em cada região dos estados - e outra parcela pelo sistema proporcional de lista fechada - os votos entre os partidos, visando uma maior representatividade entre políticos e eleitores. O fim da reeleição e o estabelecimento do mandato de cinco anos para os cargos do executivo são os pontos de consenso entre a maioria das legendas.

Cabe destacar que esta é a sexta legislatura em que o tema é debatido no legislativo. A comissão especial, responsável por analisar o assunto na Câmara Federal, tinha de apresentar o texto da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para a apreciação ainda no primeiro semestre de 2015. No entanto, o presidente da casa, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acabou por encaminhar a proposta do chamado “distritão”. Nesta proposta, os deputados mais votados em cada Estado seriam eleitos independente do voto na legenda ou a coligação partidária, o que acabaria com a proporcionalidade do sistema, prejudicando os partidos pequenos e os políticos menos conhecidos da população.

A reforma política foi tema presente na cobertura jornalística no período de 2011 a 2015. Uma simples busca nos acervos de grandes veículos de comunicação como os jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, mostram frequência e relevância do assunto nas pautas. O tema foi considerado importante também pelo público que esteve presente nas manifestações de rua em 2013 e 2015, configurando a *agenda-setting* de um determinado período. A cada novo discurso da presidente, que envolvia o assunto da reforma, comentários e análises foram realizados nos meios de comunicação a favor de uma reforma política. Esta dinâmica na realimentação de notícias, análises e opinião acabaram por reforçar na população a necessidade de mudanças no sistema político. Percebemos assim, a relação entre atores políticos, veículos de comunicação e público na construção da agenda pública. Todavia, é preciso cautela. Muitas indagações acerca da necessidade de uma reforma política têm sido debatidas no meio acadêmico. Deve-se refletir sobre os possíveis efeitos de tais alterações no cenário político, que podem beneficiar ou excluir componentes importantes do sistema democrático brasileiro.

## Referências

- AZEVEDO, Fernando. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antonio C. (Org.) *Comunicação e Política*. Conceitos e abordagens. Salvador: Editora Unesp, 2004.
- IANONI, Marcos (Org.) *Reforma política democrática: temas, atores e desafios*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RELATÓRIO DE ANÁLISE DA MÍDIA. *Clipping de Notícias do Senado Federal e Congresso Nacional*. (2011-2013). Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/196654/Relat%C3%B3rio\\_jan01.pdf?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/196654/Relat%C3%B3rio_jan01.pdf?sequence=3). Último acesso em novembro de 2015.

# POLÍTICA LATINOAMERICANA COMPARADA

Mateus Senna Franco  
*Universidade Federal de Minas Gerais*  
✉ mateus\_senna@hotmail.com

O livro “Política Latinoamericana Comparada”, organizado por Mirta Geary, Juan Bautista Lucca e Cintia Pinillos, é um apanhado sobre a situação da Ciência Política e da Política Comparada em diversos países, permitindo amplas perspectivas em diferentes regiões e realidades, evidenciando semelhanças e diferenças que levantam debates sobre pontos de convergências e divergências entre especialistas. A obra se divide em uma introdução feita pelos organizadores; quatro artigos sobre a política comparada latino-americana nas publicações científicas, com capítulos que recuperam parte dos principais desenvolvimentos e elaborações realizadas pelo projeto de investigação “*El comparativismo en las publicaciones politológicas latino-americanas*”, da Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de Rosario, no período entre 2012-2014; ensaios e perspectivas sobre perspectivas da política comparada na América Latina, a fim de diversificar enfoques e perspectivas sobre o tema, com trabalhos de cientistas latino-americanos e europeus; e três diálogos entre comparativistas, trabalho inédito, com transcrições das discussões realizadas na cidade argentina de Rosário, em 2007, num encontro que reuniu professores e pesquisadores da Argentina, Brasil e Uruguai. Mostra com clareza as diferentes linhas analíticas no ensino da política comparada em cada país e como se cruzam, com uma visão ampla e contraste com outras experiências continentais.

No capítulo inicial, pode ser constatado, de início, que a política comparada é um tema ainda pouco institucionalizado e o déficit de informação prejudica o seu desenvolvimento. Os autores citam trabalhos diversos (VALENZUELA, 1988; SMITH, 1995; DRAKE Y HILLBINK, 2003; ALTMAN, 2005; TRINIDADE, 2005; MUNCK, 2007; RIVERA Y SALAZAR-ELENA, 2011) como referências sobre o assunto, mas mesmo com vários estudos, o conhecimento ainda é parcializado. Há dificuldade na comunicação entre os pesquisadores e o entrelaçamento de seus estudos. Os autores consideram importante diferenciar a política comparada como campo de estudo da prática metodológica (RIVERA; SALAZAR-ELENA, 2011). Afirmam a impossibilidade de abordar a Política Comparada no contexto latino-americano atual, devido à sua complexidade e heterogeneidade, mas pretendem dar mais ferramentas para que pesquisadores possam dar continuidade à tarefa. A quantidade de temas comuns aos países da América Latina motivou uma série de estudos, que representam um grande avanço na produção de conhecimento científico sobre o subcontinente. Temas como fenômenos do autoritarismo, transições e redemocratizações, qualidade e sustentabilidade das democracias, debates sobre consequências do presidencialismo em relação à estabilidade democrática, entre outros tópicos, se tornaram cada vez mais relevantes e, como consequência, há a sugestão de aproximar a Política Comparada como subdisciplina da Ciência Política. É um capítulo de suma importância, por tratar, de maneira geral, o que será aprofundado em cada região no decorrer do livro. Há diversos quadros e gráficos que nos mostram dados como, por exemplo, o número de revistas por país, quais são as mais antigas e as mais recentes. Especificam o tipo de instituição que publica cada uma dessas revistas (público/privado e educacional/não educacional) e em seguida dividem por área de conhecimento (Ciências Políticas<sup>1</sup>, Ciências Sociais ou Multidisciplinares).

---

<sup>1</sup> O mundo hispanohablante utiliza a denominação “Ciências Políticas”, ao contrário do Brasil que privilegia o

Mostram também as dez revistas mais antigas da Ciência Política na América Latina, os tipos de instituição por área de conhecimento e país, e por fim os idiomas das publicações. Os dados revelam, desse modo, que muitos países latino-americanos não possuem revistas voltadas à área da Ciência Política. Trata-se de um artigo muito rico em informação, mas que poderia se dedicar mais à explicação da Política Comparada em si, suas respectivas vantagens e desvantagens, dando ao leitor um conhecimento prévio e um olhar mais crítico dentro de um escopo mais específico do tema, o que facilitaria a leitura e a compreensão.

Ainda no mesmo capítulo, há um artigo sobre a América Central, região ainda pouco estudada, desenvolvendo aproximações, analisando o estado da Ciência Política e da Política Comparada naquele contexto a fim de compreender melhor o pensamento acadêmico. São colocados em foco: Honduras, El Salvador, Panamá, Guatemala, Costa Rica e Nicarágua. A Ciência Política surgiu em diferentes épocas e contextos em cada país da região, fortemente influenciada pela conjuntura sociopolítica. Devido às diversas crises sociais e políticas, os estudos em Ciências Sociais da região possuem um caráter mais dramático, característica agravada pelos períodos autoritários que vários desses países enfrentaram. Atualmente, a produção científica ocorre principalmente em âmbitos institucionalizados, como congressos, reuniões científicas e publicações. Por essa razão, este artigo aborda a dimensão da institucionalização de campos das Ciências Sociais em geral e da Ciência Política, em particular, antes de focar em revistas de Ciências Políticas publicadas entre 2000 e 2014, ilustrando o lento processo de institucionalização nesses países. Mesmo sujeita ao fator contextual, que em alguns casos possibilita e em outros dificulta ou impede a generalização e recorrência da prática, sabe-se que a regularidade é necessária para a

---

termo no singular.

institucionalização da atividade científica. Segundo Reyna (2004), a atividade científica não pertence a um indivíduo ou grupo, é necessariamente expansiva, exercida por professores, pesquisadores e estudantes, garantindo sua reprodução e expansão da sua prática<sup>2</sup>.

Em artigo sobre os países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) os autores demonstram a ocorrência de uma maior autonomia e uma crescente profissionalização na Ciência Política. Apesar de a Política Comparada ser um subcampo mais recente, ela já se mostra bastante significativa. Dos 447 artigos argentinos analisados, 72,25% foram identificados como de Ciência Política e, destes, 65 podem ser classificados como versando sobre a perspectiva comparada. Conclui-se, assim, que 20% dos artigos de Ciência Política e 14% dos artigos argentinos analisados são de Política Comparada. No Chile, dos 822 artigos analisados, 61% foram classificados como de Ciência Política. Destes, 19,27% foram realizados em perspectiva comparada, o que representa quase 12% das publicações chilenas. Dos artigos uruguaios analisados, 100% pertencem ao campo da Ciência Política, sendo 31 deles em perspectiva comparada, representando 43,66% do total de artigos da disciplina. A região possui peculiaridades que são bem explicadas, mas de difícil solução. Muitos pesquisadores nativos estão interessados em publicações em outros países, enquanto muitos estrangeiros se interessam em publicar nas revistas analisadas. Nos casos analisados, o Chile apresenta uma maior diversidade de origem institucional dos analistas de política comparada. Os autores do capítulo fazem uma interessante caracterização sobre o método comparado, utilizando uma rica bibliografia, com esclarecimentos sobre unidade de comparação, número de casos, variáveis contextuais, regiões estudadas e

---

<sup>2</sup> [...] la institucionalización es una actividad cuya presencia es recurrente. No es patrimonio de un individuo, ni de un grupo en particular sino que más bien tiende a ser una actividad expansiva, que tiene lugar en muchos sitios, practicada por muchos grupos y obviamente ejercitada por un gran número de individuos: los profesionales, esto es, los profesores e investigadores y los estudiantes que serían el receptáculo del conocimiento que garantiza, en muchos sentidos, la expansión de la práctica. Habría que agregar que es una actividad que está sujeta a normas. Su existencia, por tanto, rebasa el ámbito de la actividad y se inserta necesariamente en un contexto social. (REYNES, 2004, p. 487)

variação temporal. Nos três países analisados, a maioria dos estudos comparados utiliza um pequeno número de casos.

O capítulo se encerra com um artigo de Juan Bautista Lucca e Melisa Orta sobre o México. Em virtude de sua relevância, de seu caráter difuso e contrastante em relação a outros países, como os do Cone Sul, em relação às consequências do autoritarismo e ao desenvolvimento da Ciência Política, este país recebe uma atenção especial. É realizada, então, uma análise das principais publicações no campo das Ciências Sociais e da Ciência Política, bem como são analisadas as características de seus artigos comparados, o objetivo é compreender se a relevância alcançada é fruto de um desenvolvimento contínuo com caráter endógeno na política comparada mexicana ou se essa relevância vem da histórica tradição mexicana de colocar seu país como um caso excepcional, o que obstaculiza a comparação com outros países. Tal dificuldade também foi ressaltada por Godofredo Vidal de la Rosa (2015) em artigo sobre o México. Desse modo, muito se fala sobre a evolução da Ciência Política mexicana, mas a forma com que os dados sobre as revistas foram apresentados não permite uma comparação satisfatória como nos outros capítulos que realizam esse procedimento.

No capítulo *Ensayos y perspectivas sobre la Política Comparada Latinoamericana*, os artigos se tornam mais uniformes. Há a preocupação de situar o leitor historicamente sobre o contexto da Ciência Política em cada país, mostrar como se comporta o ensino e as pesquisas sobre a Política Comparada em cada território abordado.

O primeiro artigo é sobre a Alemanha, feito por Thomas Kestler, Hans-Joachim Lauth e Christoph Mohamad-Klotzbach. Os autores explicitam ao leitor sobre a origem da Ciência Política alemã no contexto pós-guerra, seguindo um caminho diferente do que trilhavam os pesquisadores estadunidenses. Citam uma conceptualização muito importante da política como uma tríade: *politics*, *polity* e *policy* (KEMAN, 2007, p. 69) e falam

rapidamente sobre o desenvolvimento da disciplina no país, reconhecendo seu início lento e focado principalmente na Europa Ocidental e na própria Alemanha. Através de análises de artigos em revistas e seus respectivos temas, o artigo dá uma visão geral das tendências atuais de pesquisa na Alemanha e sobre os trabalhos de alemães sobre a América Latina. Os autores reconhecem a qualidade do desenvolvimento da política comparada alemã, e afirmam a importância do trabalho mais amplo, multidisciplinar, visando produções mais completas.

O artigo sobre a Argentina, feito pelos organizadores de “Política Latinoamericana Comparada” e Mariana Borrell, mostra o claro progresso da Ciência Política argentina, mas também revela um controverso desinteresse na institucionalização da Política Comparada como subdisciplina disciplinar. Há um contingente pouco significativo, portanto, de pesquisadores argentinos e de outras nacionalidades que realizam trabalhos de política comparada no país. Os autores apresentam fatores que dificultam o desenvolvimento da subdisciplina nesse contexto, como a própria falta de institucionalização da disciplina, a escassez de recursos para levar estudos comparados adiante, a formação em outros países de comparativistas argentinos que não retornam ao país e o paroquialismo, problema que veremos em vários outros países latino-americanos. Os autores ilustram o panorama contemporâneo da política comparada argentina usando como exemplo o livro de Jonathan Swift, “As viagens de Gulliver”, no qual o protagonista viaja à Liliput, onde todos os habitantes da cidade medem doze avos de seu tamanho, e em seguida viaja à Brobdingnag, onde toda a população é doze vezes maior que ele. Tentativas de realizar estudos em política comparada se deparam, assim, com gigantes paroquiais: falta de recursos para crescer, falta de institucionalização para lhe dar legitimidade e boas expectativas; enquanto a política comparada realizada por argentinos no exterior se assemelham a Gulliver em Liliput, já que possuem um desenvolvimento maior em relação ao contexto da América

Latina, além de possuírem mais recursos, tradição e institucionalização disciplinar.

Contudo, não só países subdesenvolvidos têm problemas para desenvolver estudos em política comparada. Segundo Reinhard Heinisch, a Ciência Política na Áustria é um fenômeno recente, tendo surgido no pós-guerra e sendo iniciado por instituições estadunidenses a fim de fortalecer a democracia no país. É possível afirmar, portanto, que o contexto inicial prejudicou o desenvolvimento austríaco no tema. A disciplina foi mal vista a princípio, tida como algo “alienígena, estadunidense e às vezes suspeito e judio” (p. 114). Resquícios do antissemitismo nazista, que podem ter sido agravados pelo fato de a disciplina ter sido profundamente dominada por professores e intelectuais considerados conservadores e com fortes laços com a Igreja Católica, outra instituição altamente conservadora, podem ser considerados como fatores que dificultaram e ainda dificultam o desenvolvimento da disciplina na Áustria. Não obstante, as publicações austríacas adotam um caráter crítico, o que se tornou um diferencial analítico que também pode ser explicado pela desconfiança generalizada derivada da influência americana.

O artigo seguinte trata do Brasil e a recente institucionalização de sua Ciência Política, que se ampliou rapidamente, mas ainda não possui muita relevância em Políticas Comparadas. Simon Schwartzman (1977) diagnosticou o fato nos anos setenta e trinta anos depois realizou uma nova medição, mas a conclusão não foi muito diferente. Diversas bases de dados não justificam qualquer otimismo. As teses e dissertações confirmam, por sua vez, o pessimismo. Maria Helena Santos e Marcelo Coutinho (2000) analisaram 955 teses defendidas entre 1985 e 2000, buscando estudos comparados. E concluíram: [...] nos dez centros de pós-graduação da área da Capes de ciência política, entendendo-se como comparados os estudos que analisam mais de

dois países’, apenas 3% utilizavam a perspectiva e, entre eles, nenhum usava dados quantitativos. (SOARES, 2005, p. 28)<sup>3</sup>

Análises como essas continuam avançando. É, pois, o artigo que melhor explica a Política Comparada em si e várias de suas vantagens, devendo estar, dessa forma, no início do livro, pois permitiria uma compreensão melhor de todos os trabalhos.

Colômbia, Equador e Paraguai parecem encontrar as maiores dificuldades na institucionalização da Política Comparada, e em alguns pontos até mesmo da Ciência Política. A Colômbia se encontra em uma situação favorável ao desenvolvimento da disciplina, com novos cursos de pós-graduação em diversas universidades, mas ainda tem poucas matérias sobre a subdisciplina nos cursos de graduação, especialmente em seu caráter metodológico, com exceção da Universidad de los Andes, em Bogotá, e informalmente a ICESI, em Cali.

O Equador também é um dos que menos institucionalizou a subdisciplina no continente. Apesar de possuir alguns trabalhos, estes são pouco conhecidos, por fazerem parte de livros que não foram devidamente difundidos ou pelas publicações estarem em revistas de pouco impacto. Muitas vezes relacionam a Política Comparada com estudos diversos das Ciências Sociais, o que torna a subdisciplina ainda mais dispersa.

O Paraguai passa por problemas parecidos. Há carência de especificidade e institucionalização, enfraquecendo sua autonomia. Os pesquisadores paraguaios recebem poucos incentivos para desenvolver seus estudos e não realizam muitos trabalhos sobre sua própria política, sem possuir, por exemplo, nenhuma pós-graduação na área de Política Comparada. Enquanto os problemas não são resolvidos, é chamado de “cemitério das teorias” (p.166).

---

<sup>3</sup> Capes é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, subordinada ao Ministério da Educação do Brasil.

A Costa Rica se mostrou um caso peculiar. A Ciência Política neste país, apesar de já institucionalizada nas faculdades, com cursos de graduação, pós-graduação e mestrado na área, é bastante limitada e não foge do patamar de outros países da América Central. Falta, sobretudo, sofisticação no uso de técnicas e métodos. A autora María José Cascante reconhece a importância dos trabalhos comparados e cita alguns deles, como o de Bendel (1993), mas o artigo não entra muito no tema da subdisciplina, talvez decorrendo do fato de existir uma falta de consciência disciplinária, já afirmada pela autora.

Portugal e Espanha, historicamente famosos por seus navegadores e descobrimentos, se destacam pelo desenvolvimento de sua Ciência Política com base em análises sobre algumas de suas antigas colônias. A Ciência Política lusitana é bastante jovem, e sua Política Comparada é subdesenvolvida apesar de sua qualidade, sem centros de pesquisa sobre América do Norte, América Latina e Ásia. Os principais comparativistas portugueses, especializados, sobretudo no continente africano, residem no exterior e não mantêm grandes vínculos com o sistema universitário. Os principais temas de estudos comparados portugueses são: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os estudos comparados sobre a América Latina são muito pequenos se comparados com os espanhóis, que por razões históricas e por resistência em adotar o uso da língua inglesa, se dedicaram profundamente às pesquisas sobre a América Latina.

Em artigo sobre a Itália, Paolo Graziano considera que a Política Comparada naquele país é mais que uma subdisciplina, sendo um dos principais pilares do ensino e da pesquisa, tendo se desenvolvido ainda mais nos últimos 25 anos. O autor usa uma estrutura adotada por Filippo Tronconi para tentar responder a questão: Qual é o papel da Política Comparada (em seu sentido mais amplo) na Ciência Política italiana contemporânea, em termos de pesquisa e ensino? Para tanto, o autor pontua que, assim como em vários países, a Ciência Política no contexto italiano emergiu após a 2ª Guerra

Mundial e demorou décadas para se desenvolver e consolidar. O primeiro contato dos discentes com a subdisciplina ocorreu através de exposições de modelos, classificações e tradições teóricas, cuja cobertura geográfica se limitava à circunscrição da Europa ou das democracias ocidentais, sendo um problema, contudo, que parece não estar se resolvendo com o passar dos anos.

O artigo de Daniel Chasquetti sobre a “Iberoamérica”, por sua vez, se mostrou mais otimista e disposto a sugerir soluções para a institucionalização da Política Comparada na região e também para o desenvolvimento da Ciência Política de um modo geral. O autor reconhece o método comparado como um dos principais métodos de pesquisa, com muitas mesas em congressos e artigos em revistas, mas seus resultados ainda são modestos. O método comparado não é visto como um bom caminho para se obter resultados relevantes, e muitos acadêmicos preferem, desse modo, formular e controlar hipóteses para um único país. Chasquetti faz análises quantitativas sobre revistas especializadas em Ciência Política e separa os artigos por tema, concluindo que há um espaço estável de produção sobre política comparada na região, cuja explicação pode ser dada levando em consideração o fato de o tema ser trabalhado em vários programas de pós-graduação como um método de produção de conhecimento válido e reconhecido. Para Chasquetti

*A estabilidade e os avanços da política comparada dentro da região responde a fatores endógenos como os mencionados, mas também a fatores exógenos que interagem com as estruturas acadêmicas dos países latino-americanos. O motor externo reside na influência da academia estadunidense e em menor medida da europeia, sobre os pesquisadores locais que geram um fluxo virtuoso que deveria ser reforçado<sup>4</sup>. (p. 184, tradução do autor)*

---

<sup>4</sup> “La estabilidad y avances de la política comparada dentro de la región responde a factores endógenos como los mencionados pero también a factores exógenos que interactúan con las estructuras académicas de los países latinoamericanos. El motor externo reside en la influencia de la academia estadounidense y en menor medida de la europea, sobre los investigadores locales lo cual genera un flujo virtuoso que debería potenciarse.”

O autor faz, portanto, uma série de sugestões como: o incentivo ao intercâmbio entre regiões diferenciadas; o aumento do rigor nos programas de mestrado e doutorado o que se refere ao seu conteúdo e sua seleção; uma ênfase maior na inclusão do modelo comparado e no estudo de vários países como uma perspectiva metodológica sólida, que ofereça a possibilidade de alcançar conhecimentos mais robustos; a realização de cursos especiais de metodologia com formatos inovadores por parte das universidades e associações profissionais; dentre outras. Assim, Chasquetti encerra sugerindo o estímulo de sistemas de *partnership* entre pesquisadores locais e estadunidenses ou europeus, a fim de estudar problemas da região com perspectivas teóricas e metodológicas “renovadas” e a realização de eventos para debater o papel da política comparada no conhecimento latino-americano, com a participação das principais revistas especializadas da região.

Rossana Castiglioni em seu artigo sobre a América Latina deixou de lado as análises quantitativas tão apreciadas em todo o livro para fazer um trabalho mais teórico, rico em referências bibliográficas. A autora expõe um raciocínio muito interessante, que começa parafraseando Collier (1991) e passa por vários autores:

*O método comparado se dedica ao estudo sistemático de alguns poucos casos. Embora as unidades de análise possam mudar dependendo do caso, normalmente tratam de países. Mas antes de tudo, a comparação é um método de controle de nossas generalizações ou regularidades (Sartori 1970). Permite-nos controlar – verificar ou falsear – se uma regularidade (generalização) corresponde aos casos em que se aplica. É necessário, portanto, definir escrupulosamente em que aspecto uma coisa é comparável à outra, pois uma comparação adequada requer um grande esforço no âmbito da conceptualização. Para Ragin (1987 e 2000), os casos de estudo devem estar bem definidos teoricamente, a fim de estabelecer comparações que nos permitam levantar generalizações modestas, usualmente sobre origens históricas e resultados de diversos eventos. É claramente causal-analítico. Deste modo, permite dar conta de fenômenos complexos e de especificidades que possibilitam trabalhar configuracionalmente*<sup>5</sup>. (p. 190, tradução do autor)

---

<sup>5</sup> El método comparado se dedica al estudio sistemático de unos pocos casos. Aunque las unidades de análisis pueden cambiar de un caso a otro, suele tratarse de países. Pero ante todo, la comparación es un método de control de nuestras generalizaciones o regularidades (Sartori 1970). Nos permite controlar -verificar o falsear- si una regularidad (generalización) se corresponde a los casos a los que se aplica. Es necesario, por

O capítulo seguinte traz dois diálogos entre comparativistas, num formato inovador, através de transcrições que nos permitem ver a contribuição de cada participante. Um diálogo entre Daniel Chasqueti (UDELAR) do Uruguai, André Marengo dos Santos (UFRGS) do Brasil, e Miguel de Luca (UBA-UNL), Sebastián Etchemendy (UTDT), Martín Maldonado (UCC – Universidad Siglo XXI), Mirta Geary (UNR), Cintia Pinillos (UNR-UNER), Juan Bautista Lucca (UNR) e Mariana Borrell (UNR) da Argentina. O encontro, ocorrido em setembro de 2007, na Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de Rosario, debatia sobre as estratégias e suposições atuais dos estudos políticos comparados, definindo linhas de trabalho comum que pudessem atender aos interesses dos acadêmicos da área, recuperando problemas perspectivas centrais, favorecendo, por fim, a discussão e o intercâmbio.

Ao término da leitura do livro podemos destacar que “Política Latinoamericana Comparada” incentiva o intercâmbio como uma das principais formas de institucionalizar a Política Comparada na América Latina. Através do trabalho dos autores, aprende-se uma série de informações sobre diversas faculdades latino-americanas, suas características e os focos de sua produção acadêmica. O livro convence, dessa forma, sobre a importância da Política Comparada e a necessidade de seu desenvolvimento. Devido a sua complexidade, provavelmente diminuiria a quantidade das produções acadêmicas caso se tornasse o foco de muitos estudiosos, mas certamente elevaria sua qualidade.

---

tanto, definir escrupulosamente en qué aspecto una cosa es comparable a otra por lo que una comparación adecuada requiere un tremendo esfuerzo en el ámbito de la conceptualización. Para Ragin (1987 y 2000), los casos de estudio deben estar bien definidos teóricamente, a fin de establecer comparaciones que nos permitan arribar a generalizaciones modestas, usualmente sobre los orígenes históricos, y resultados de distintos eventos. Es claramente causal-analítico. De este modo, permite dar cuenta de fenómenos complejos y de especificidades con lo cual hace posible trabajar configuracionalmente’. (p. 190)

## Referências

GEARY, Mirta; LUCCA, Juan Bautista; PINILLOS, Cintia (orgs.). Política Latinoamericana Comparada. Rosario: UNR Editora, 2015. E-book ([https://spcunr.files.wordpress.com/2016/01/polc3adtica-latinoamericana-comparada-2015-geary\\_lucca\\_pinillos-comp.pdf](https://spcunr.files.wordpress.com/2016/01/polc3adtica-latinoamericana-comparada-2015-geary_lucca_pinillos-comp.pdf))

## COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

**Adriano Oliveira** é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos de Política Eleitoral da UFPE. Membro do grupo de pesquisa Comunicación Política y Comportamiento Electoral (Laticom).

**Carlos Gadelha** é mestre em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco. Estatístico do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN).

**Cláudio André de Souza** é mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com pesquisas em temáticas como democracia, representação, partidos políticos e movimentos sociais. Atualmente pertence ao grupo de pesquisa Espaço, Poder e Desigualdades Sociais (CRH/UFBA), é professor de ciência política da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e da Faculdade Baiana de Direito.

**Simara Costa** é mestre em Estatística pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Estatística do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN).

**Mateus Senna Franco** é graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de Iniciação Científica no Grupo Opinião Pública, sediado na mesma instituição.

**Merilyn Escobar de Oliveira** é doutoranda em Ciências Sociais (PUC-SP) e mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP/PUC-SP), bolsista Capes e professora da Universidade Paulista (UNIP).

**Pablo Vázquez Sande** é mestre em Gabinetes de Comunicação e Relações Públicas pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Doutor em Comunicação pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), onde é professor em “Protocolos e Comunicação Institucional”.

**Vanderlei de Castro Ezequiel** é mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e membro do grupo de pesquisa “Comunicação e Sociedade do Espetáculo”, vinculado à mesma instituição e registrado no CNPq.